

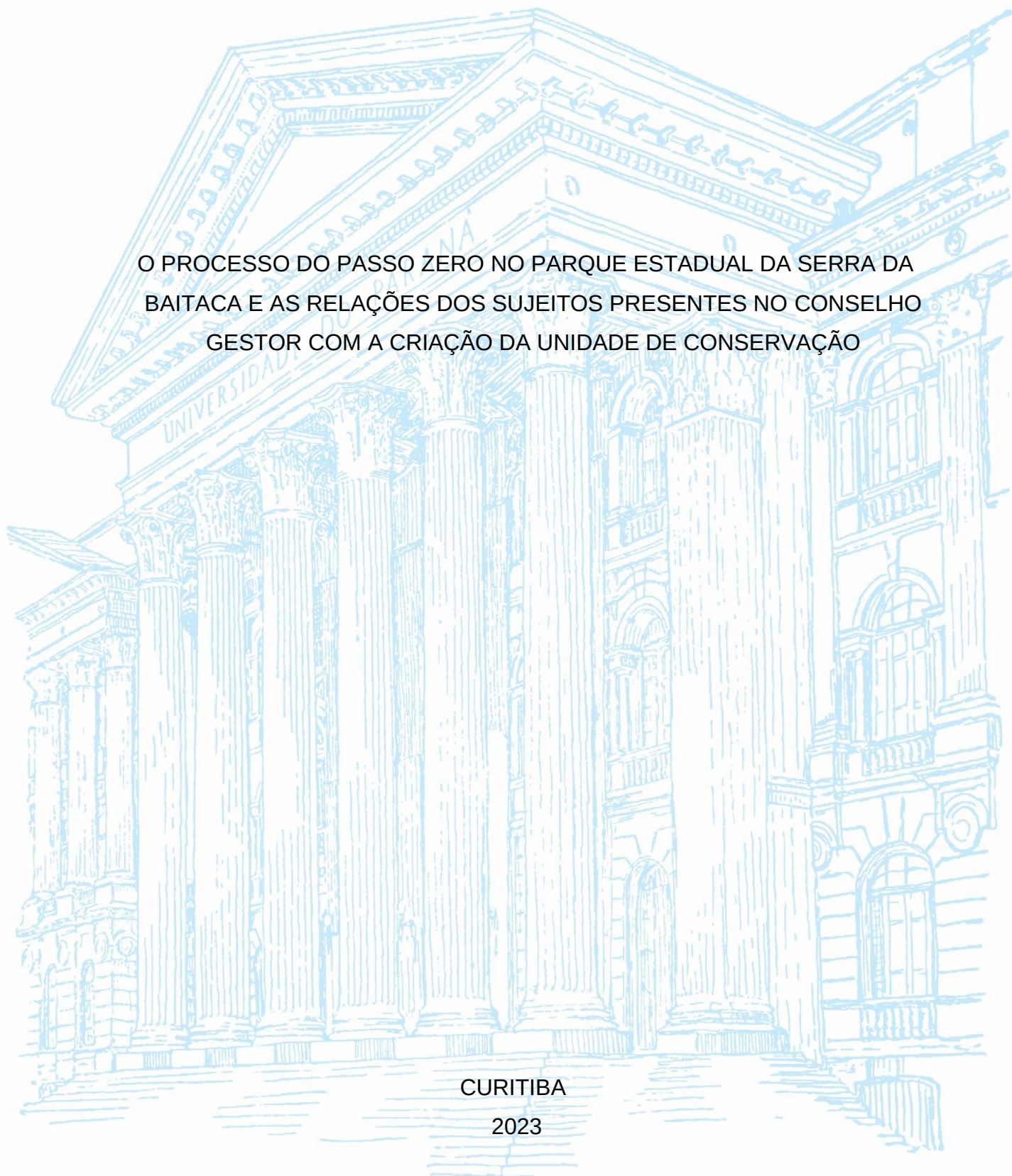
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUÍSA PANEK MARQUES

O PROCESSO DO PASSO ZERO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA
BAITACA E AS RELAÇÕES DOS SUJEITOS PRESENTES NO CONSELHO
GESTOR COM A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

CURITIBA

2023



Luísa Panek Marques

O PROCESSO DO PASSO ZERO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA
BAITACA E AS RELAÇÕES DOS SUJEITOS PRESENTES NO CONSELHO
GESTOR COM A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Graduação em Ciências Biológicas, Setor
de Ciências Biológicas, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Manuela Dreyer da Silva

CURITIBA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍSA PANEK MARQUES

O PROCESSO DO PASSO ZERO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA
BAITACA E AS RELAÇÕES DOS SUJEITOS PRESENTES NO CONSELHO
GESTOR COM A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em
Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Profa. Dra. Manuela Dreyer da Silva

Orientadora – Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

MSc. Fernanda de Souza Sezerino

Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR

Profa. Dra. Yanina Micaela Sammarco

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

Curitiba, 05 de dezembro de 2023.

*Dedico este trabalho aos diferentes atores engajados na conservação do
Parque Estadual da Serra da Baitaca.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais primeiramente, por terem sempre apoiado meus sonhos, por darem suporte nos momentos difíceis e me ajudado em tudo que precisei.

Aos meu tios, tias, primos e primas, por serem uma família tão acolhedora, que sempre acreditou no meu potencial, e por tornarem a vida mais leve.

Ao meu namorado, Bruno, que sempre me apoiou, acreditou em mim quando eu mesma não acreditava e me deu forças quando precisei.

Aos colegas de faculdade que tornaram essa trajetória mais tranquila, apesar do cansaço e dos perrengues.

Aos amigos que fiz durante a vida e que permanecem ao meu lado, me ouvindo, dando conselhos e tornando a vida muito divertida.

Aos professores da escola e da faculdade que me inspiraram e contribuíram para eu não ter dúvidas de que ser Bióloga foi uma das decisões mais incríveis da minha vida.

A minha supervisora de estágio no Instituto Água e Terra (IAT), Marina Rampim, e aos meus colegas do IAT por todo o suporte e ajuda quando precisei. Obrigada por me ensinarem tanto e por mostrarem que o trabalho pode ser sim um local acolhedor.

À minha orientadora, Profa. Dra. Manuela Dreyer da Silva, pela disponibilidade, atenção e orientação neste trabalho. Sem dúvidas, aprendi muito com você.

“Cada vez mais, conservar a natureza será gerenciar conflitos”
(PRINTES, 2004)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as percepções socioambientais sobre o processo de criação do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PESB). Unidades de Conservação (UC) são espaços geográficos nos quais o uso dos recursos naturais e os limites seguem instrumentos institucionais; e elas são criadas pelo Estado com distintas finalidades, tendo como foco central a conservação da biodiversidade. As UC são divididas em dois grupos, as de Proteção Integral, como os Parques Nacionais, e as de Uso Sustentável, as quais possuem diretrizes, normas e objetivos diferentes quanto ao seu uso. Esses espaços são tidos como importante estratégia de conservação da diversidade biológica e constituem espaços privilegiados para a realização de projetos de educação ambiental. No entanto, os processos de criação e implementação de muitas UC, baseados em padrões hierárquicos e ausência de participação social efetiva, possuem relação direta com a ocorrência de conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos com as áreas, e o estabelecimento de uma relação de segregação ser humano-natureza. No caso das unidades de Proteção Integral, é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e assim, há diversas restrições, as quais tendem a resultar em conflitos socioambientais mais explícitos. O presente estudo trabalhou com a realidade do PESB, Paraná. A partir de documentos secundários, como o Plano de Manejo do parque, relatórios anteriores à sua concepção e a análise categorial das atas e memórias das reuniões do Conselho Consultivo do PESB (CCPESB), buscou-se compreender como ocorreu o processo de criação desta UC e de que formas isso influenciou na construção das diversas percepções sobre este espaço. Ao utilizar o método da análise de conteúdo para desmembramento do texto das atas e memórias das reuniões do CCPESB em categorias, partiu-se do pressuposto que existem diferentes percepções sobre a UC dentro do conselho, vinculadas direta ou indiretamente ao que se chama na literatura de passo zero, ou seja, ao momento de criação das áreas protegidas. Para embasar essa etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre passo zero e percepção ambiental. As análises foram complementadas com informações de diálogos informais com a chefia do PESB e com uma servidora da Divisão de Unidades de Conservação (DUC) do Instituto Água e Terra (IAT), que atuou como mediadora e apoiadora de algumas reuniões do conselho, o que auxiliou na compreensão das distintas percepções sobre a UC e entendimento do contexto de criação da área. Observou-se a partir das análises, que apesar de existirem muitas concordâncias entre os atores em relação aos usos permitidos e objetivos para o PESB, há divergências relacionadas a questões religiosas e políticas, e uma forte pressão em relação a regularização fundiária. Além disso, percebeu-se pelos relatos, uma cisão entre ser humano-natureza, que se reflete nos impactos ambientais que ocorrem no parque. Enxerga-se assim, uma urgência de transformar essa UC, assim como tantas outras, em unidades socioambientais, em que os aspectos culturais e históricos da população sejam mais valorizados e o sentimento de pertencimento à natureza pelo ser humano seja resgatado.

Palavras-chave: passo zero; percepção ambiental; Unidades de Conservação; Parque Estadual da Serra da Baitaca.

ABSTRACT

This study aimed to understand the socio-environmental perceptions about the process of creating the Serra da Baitaca State Park (PESB). Conservation Units (UC) are geographic spaces in which the use of natural resources and limits follow institutional instruments; and they are created by the State with different purposes, with the conservation of biodiversity as its central focus. UCs are divided into two groups, Integral Protection Units, such as National Parks, and Sustainable Use Units, which have different guidelines, standards and objectives regarding their use. These spaces are considered an important strategy for conserving biological diversity and constitute privileged spaces for carrying out environmental education projects. However, the processes of creation and implementation of many UC, based on hierarchical standards and the absence of effective social participation, are directly related to the occurrence of conflicts between the different social actors involved in the area, and the formation of a relationship of segregation between human and nature. Regarding the Integral Protection Units, only the indirect use of natural resources is permitted, and thus, there are several restrictions, which tend to result in more explicit socio environmental conflicts. The present study worked with the reality of PESB, Paraná. Based on secondary documents, such as the Park's Management Plan, reports prior to its conception and the categorical analysis of the minutes and memories of the meetings of the PESB Advisory Council (CCPESB), we wanted to understand how the process of creating this UC occurred and how this influenced the construction of different perceptions about this space. When using the content analysis method to break down the text of the notes and memories of the CCPESB meetings into categories, it was assumed that there are different perceptions about the UC within the council, linked directly or indirectly to what is called in the literature step zero, that is, the moment of creation of protected areas. To support this stage, a bibliographical survey was carried out on step zero and environmental perception. The analyses were complemented with information from informal dialogues with the PESB leadership and with an employee from the Conservation Units Division (DUC) of the Instituto Água e Terra (IAT), who acted as mediator and supporter of some council meetings, which helped to understand the different perceptions about UC and understanding the context in which the area was created. It was observed from the analyses that despite there being many agreements between the actors in relation to the permitted uses and objectives for the PESB, there are divergences related to religious and political issues, and strong pressure in relation to land regularization. Furthermore, it was noticed from the reports, a split between human and nature, which is reflected in the environmental impacts that occur in the park. So, we see an urgency to transform this UC, as well as many others, into socio-environmental units, in which the cultural and historical aspects of the population are more valued and the feeling of belonging to nature by human is rescued.

Keywords: step zero; environmental perception; Conservation Units; Serra da Baitaca State Park.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO E LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA BAITACA.....	25
FIGURA 2 - HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PESB.....	29
FIGURA 3 – NUVEM DE PALAVRAS: UNIDADES DE REGISTRO ELENCADAS A PARTIR DA LEITURA DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB...	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE REGISTRO VINCULADAS AS PAUTAS DAS REUNIÕES DO CCPESB.....	45
GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE REGISTRO MARCADAS A PARTIR DA LEITURA DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB.....	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS COM BASE EM CADA OBJETIVO ESPECÍFICO DO PRESENTE TRABALHO.....	35
QUADRO 2 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	37
QUADRO 3 – CATEGORIAS CRIADAS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	38
QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB.....	40

LISTA DE SIGLAS

AMO	- Associação de Moradores
AP	- Área Protegida
CC	- Conselho Consultivo
CCPESB	- Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca
CEUC	- Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas
DIPAB	- Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DUC	- Divisão de Unidades de Conservação
ENCEA	- Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
ERCBA	- Escritório Regional de Curitiba
FEPAM	- Federação Paranaense de Montanhismo
FOD	- Floresta Ombrófila Densa
FOM	- Floresta Ombrófila Mista
GEAP	- Gerência de Áreas Protegidas
GT	- Grupo de Trabalho
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IAT	- Instituto Água e Terra
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Parna	- Parque Nacional
PE	- Parque Estadual
PESB	- Parque Estadual da Serra da Baitaca
PMQB	- Prefeitura Municipal de Quatro Barras
PREVINA	- Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	- Unidade de Conservação
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMÁTICA E MOTIVAÇÃO	16
1.2 PERGUNTA DE PESQUISA	19
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo geral	19
1.3.2 Objetivos específicos.....	19
1.4 POR QUE ESTUDAR O PASSO ZERO DO PESB?	20
2 O PASSO ZERO E O PESB	21
2.1 O PASSO ZERO E SUAS RELAÇÕES COM A PERCEPÇÃO AMBIENTAL	21
2.2 DESVENDANDO O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA BAITACA	24
2.2.1 Descrição do espaço analisado.....	24
2.2.2 Um pouco de história	25
2.2.3 Relação ser humano-natureza no PESB: diálogos e tensões	29
2.2.3.1 Situação fundiária.....	29
2.2.3.2 Atividades confrontantes com o Plano de Manejo.....	30
2.2.3.3 Potencial turístico e atividades desenvolvidas no PESB	31
2.2.3.4 Práticas místico-religiosas.....	31
2.2.4 O Conselho Consultivo do PESB	32
3 METODOLOGIA	34
3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS.....	34
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO	36
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 ANÁLISE DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB.....	38
4.2 DIÁLOGOS.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMÁTICA E MOTIVAÇÃO

A partir das vivências no meu atual estágio no Instituto Água e Terra (IAT), relacionadas à gestão e elaboração de projetos em Unidades de Conservação (UC) do estado do Paraná, foi possível perceber que existem distintas percepções acerca dessas unidades. Constata-se que muito se discute na literatura a respeito dos problemas relacionados à gestão das UC e sobre o seu processo de criação, mas pouco se debate sobre a relação deste momento que antecede a implementação de uma UC, com a rotina e a gestão desses espaços. Compreende-se que a etapa de criação e planejamento é fundamental para a implementação e a gestão da área protegida (AP) (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; CHUENPAGDEE *et al.*, 2013) logo, mais estudos acerca dessa temática se fazem necessários.

Pires, Zeni Junior e Gaulke (2012) sinalizam que a partir do século XIX se intensificou o movimento de ocupação territorial baseado em modelos de uso desenfreado dos recursos naturais, acarretando distintos impactos socioambientais negativos. A partir, então, da crescente preocupação de vários setores da sociedade em relação à crise socioambiental mundial (PEREIRA; DIEGUES, 2010), a conservação da biodiversidade passou a se apresentar como um dos maiores desafios atuais a serem enfrentados (DIEGUES, 2019). Este cenário desencadeia ações, discursos e estratégias de planejamento do uso do espaço, como a criação de AP.

No Brasil, dentre as AP, estão as UC, as quais possuem como base legal o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com o intuito de determinar diretrizes para a criação, implantação e gestão dessas áreas. Com base neste documento, as UC são divididas em dois grandes grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, englobando ao todo doze categorias de manejo, com características específicas e finalidades distintas quanto à forma de proteção e atividades que são permitidas (BRASIL, 2000).

As UC são criadas com diversas finalidades, como a proteção da diversidade biológica, dos recursos naturais e da cultura local. Assim, configuram-se como espaços importantes não apenas do ponto de vista paisagístico, mas também histórico e ecológico, além de serem espaços propícios para a realização de ações de educação ambiental (SAMMARCO, 2005).

Ainda que consideradas importantes estratégias do ponto de vista da conservação da biodiversidade, é notável que o processo de criação e implementação de muitas das UC apresenta relação direta com a existência de divergências entre os diferentes sujeitos envolvidos com as áreas e até mesmo de uma cisão entre ser humano e natureza. No caso das Unidades de Proteção Integral, os conflitos socioambientais são mais evidentes (SAMMARCO, 2005), uma vez que de acordo com que é imposto pelo SNUC, essas áreas têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, sendo seu uso bastante restrito (art. 7, §1º). Com base na categorização estabelecida por esse dispositivo legal, os Parques Nacionais (Parna) enquadram-se no grupo das Unidades de Proteção Integral. Denominados Parque Estadual (PE) ou Parque Natural Municipal quando criados pelo Estado ou Município, respectivamente, nesses espaços é permitida a realização de pesquisas científicas e atividades de visitação, recreação, educação e turismo ecológico, desde que sejam respeitadas as normas previstas no plano de manejo (BRASIL, 2000).

Ainda assim, o SNUC prevê a participação da população anteriormente ao ato de criação da AP, com base no Art. 22 parágrafo 2º, por meio de consultas públicas com ampla participação dos segmentos envolvidos para determinação da localização, dimensão e limites mais adequados para a unidade, além de debates sobre qual categoria será adotada. Este documento possui também mecanismos para assegurar a inclusão social e a participação de diferentes representantes da sociedade nas decisões referentes às UC: o Plano de Manejo e o Conselho Gestor, que de maneira ideal, devem resultar de um processo participativo de diversos setores da sociedade (BRASIL, 2000). Contudo, observa-se que na prática, em muitas UC, há uma falta de reconhecimento e exclusão das comunidades locais sobre as providências a serem tomadas em relação a esses espaços (SOUZA; MILANEZ, 2019). Os parâmetros usados para a escolha do local e a categoria da UC, frequentemente, são determinados considerando-se somente os aspectos naturais, sem levar em conta, na

maior parte das vezes, as relações socioambientais ali presentes (SAMMARCO, 2005). Desta forma, conflitos envolvendo diferentes interesses, usos, visões e objetivos entre os diversos atores sociais da área são recorrentes.

Falhas na gestão das AP têm sido atribuídas, dentre outras causas, a questões relacionadas ao seu processo de criação (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; CHUENPAGDEE *et al.*, 2013; GONZALEZ; JENTOFT, 2011; SOWMAN *et al.*, 2011). Estudar esse processo é, portanto, essencial para entender a complexidade dos conflitos socioambientais que envolvem as UC.

Esses fatores me instigaram a querer entender como se deu o processo de criação do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PESB), Paraná, e sua influência na construção das diferentes percepções sobre esta UC, isto é, como os diferentes sujeitos significam esta área (SANTOS, 2020). O PESB abrange os municípios de Quatro Barras e Piraquara, protegendo uma área total de 3.053,21 hectares (ha). Foi criado em 2002, por meio do Decreto nº 5.765 de 05 de junho, com o objetivo de “conservar uma amostra do bioma Floresta Ombrófila Densa, incluídas as formações Floresta Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana, a fauna, solo e águas interiores; e promover atividades que não provoquem nenhuma alteração no ecossistema e dar sustentabilidade à preservação” (PARANÁ, 2002a).

A escolha pelo PESB se deu em virtude do maior contato com este parque durante o estágio, e consequentemente, maior conhecimento dos aspectos socioambientais que o permeiam. Além disso, a leitura dos documentos “Relatório de Pesquisa Serra da Baitaca: Caracterização e Proposta de Manejo” de Roderjan e Struminski (1992), Dossiê Baitaca de Struminski (2007) e do Plano de Manejo do PESB (PARANÁ, 2017), revela um histórico de atividades conflitantes e tensões que antecederam a criação do parque e se estendem até os dias atuais, envolvendo moradores da região, visitantes, montanhistas, ambientalistas, religiosos, atividades econômicas e instituições governamentais, sendo essenciais para tentar entender os diferentes significados que são atribuídos a esta UC.

Neste contexto, compreender como os sujeitos se relacionam e se percebem no meio, como se relacionam com a temática da conservação da natureza e como se percebem na relação ser humano e natureza passa a ser importante, especialmente

no âmbito da criação de UC. A esta pesquisa soma-se, então, a temática da percepção ambiental (OLIVEIRA, 2012).

1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Considerando o contexto apresentado e as distintas percepções¹ socioambientais em relação ao Parque Estadual da Serra da Baitaca, de que forma o processo de criação desta UC influencia o processo de construção de conhecimentos² pelos diferentes atores sociais acerca deste espaço?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Compreender o processo de criação do PESB, a construção dos diferentes entendimentos e a participação do Conselho Gestor da UC neste processo.

1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender o processo chamado passo zero desta UC;
- Desenvolver as categorias de análise dos documentos;
- Investigar os conhecimentos construídos acerca das relações ser humano e natureza no PESB e seu processo de criação, a partir da narrativa presente nos documentos secundários;
- Gerar informação e levantar temas a serem discutidos com os diferentes sujeitos envolvidos com a UC.

¹ O conceito de percepções pode ser interpretado de maneira ampla e utilizado em situações distintas. Neste trabalho, as percepções serão consideradas como a forma como os indivíduos observam, entendem, interpretam e avaliam um objeto, ação, experiência, pessoa, política ou resultado (BENNETT, 2016).

² O conhecimento é visto aqui como uma combinação fluida de experiências, valores e informações contextuais, sendo que esta combinação proporciona uma estrutura para a incorporação de novas experiências e informações nos processos educativos. Consideramos que o conhecimento, ao contrário da informação, diz respeito também a crenças e paradigmas e está relacionado à ação. A partir dos pensamentos complexos de Humberto Maturana e Francisco Valera, o conhecimento deve ser interpretado como mais amplo do que a concepção do pensar, do raciocinar e do medir, e entrelaça três aspectos: a percepção, a emoção e a ação (MATURANA; VALERA, 2001).

1.4 POR QUE ESTUDAR O PASSO ZERO DO PESB?

A relevância do trabalho de pesquisa baseia-se no fato de que já existem muitos estudos e ocorrem muitas discussões sobre as problemáticas relacionadas a gestão das UC, mas comparativamente a outras temáticas, pouco é discutido sobre o processo de criação desses espaços, e como essas etapas que antecedem a implementação de uma UC podem influenciar no modo como os diferentes atores sociais envolvidos com a área a significam.

Amparando-se no documento “Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (ICMBio, 2011), ressalta-se ainda, que este trabalho poderá contribuir para o desenvolvimento de ações de comunicação e educação ambiental, visando o enfrentamento de discordâncias e impactos socioambientais que ocorrem no PESB. Além disso, o estudo tem potencial de gerar mais informação e possivelmente mais espaço para participação dos diferentes atores sociais envolvidos com a UC, condições indispensáveis para atendimento das demandas locais e fortalecimento da importância das UC de um modo geral.

As UC são tidos espaços fundamentais para proteção da biodiversidade, contribuindo para a conservação e manutenção dos ecossistemas e biomas ao longo do tempo (TOZZO; MARCHI, 2014). Também configuram como espaços privilegiados para a realização de atividades de educação ambiental (SAMMARCO, 2005). E para que o funcionamento e a gestão dessas unidades sejam satisfatórios, é preciso um trabalho colaborativo entre diferentes agentes. Entretanto, com base na literatura, constata-se que os procedimentos para criação de muitas UC envolveram falhas e impasses, resultando em problemas que prejudicam o manejo dos recursos e o cumprimento dos objetivos de conservação pretendidos (SOWMAN *et al.*, 2011), e em situações conflituosas vinculadas a interesses diversos sobre a natureza e seus recursos materializados nesses espaços (SOUZA; MILANEZ, 2019).

Nesse sentido, é imprescindível que o processo de criação desses espaços, envolva muito estudo, planejamento e participação dos diferentes sujeitos que com eles se relacionam, reforçando, desta forma, a importância de se investigar como

foram criados, a fim de entender as divergências presentes, as quais estão vinculadas a interesses e finalidades distintas dos agentes envolvidos com a UC.

No PESB, como já mencionado, há diversas tensões e atividades conflitantes que ocorrem dentro dos seus limites e no entorno, e acredita-se que boa parte disso seja resultado de uma ineficiência no seu processo de criação, que produz lacunas entre o meio ambiente e a população, reforçando ainda mais a importância desse trabalho. Diante de um cenário mundial marcado por problemas socioambientais, constata-se que existe uma segregação entre ser humano e natureza, a qual precisa ser eliminada, sendo fundamental que esse sentimento de pertencimento à natureza seja reparado (SAUVÉ, 2005).

Compreende-se, portanto, que este trabalho pode gerar informações importantes em relação ao PESB, para que se entendam as demandas desse parque e dos sujeitos que possuem relações com o território.

2 O PASSO ZERO E O PESB

2.1 O PASSO ZERO E SUAS RELAÇÕES COM A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Para se definir o momento do processo de criação das áreas protegidas, têm-se usado na literatura o termo “passo zero” ou “*step zero*”, referindo-se ao estágio de concepção dessas áreas (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; CHUENPAGDEE *et al.*, 2013). O passo zero envolve a identificação e definição do problema e a discussão sobre como será tratado e de que formas (CHUENPAGDEE *et al.*, 2013). Conforme defendido por Chuenpagdee e Jentoft (2007) e Chuenpagdee *et al.* (2013), o que antecede a implementação de uma UC é tão fundamental quanto as ações que acontecem posteriormente no processo de gestão, uma vez que esse momento afetará em como se dará o manejo da AP.

Problemas resultantes do processo de criação das UC estão afetando o cumprimento dos objetivos de conservação e manejo dos recursos desses espaços, interferindo, na capacidade de fiscalização, por exemplo (SOWMAN *et al.*, 2011). Deste modo, percebe-se que não estão sendo oferecidas condições para que as UC cumpram com o papel para o qual foram criadas, ou seja, muitos desses espaços não estão contribuindo de maneira eficaz para a conservação dos recursos naturais e

muito menos para a melhoria da qualidade de vida da população local (ARTAZA-BARRIOS; SCHIAVETTI, 2007).

Observa-se que tanto no Brasil como internacionalmente, muito se tem discutido sobre os problemas relacionados à gestão dessas unidades, mas pouca atenção é dada aos estágios iniciais de criação desses espaços (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007; GONZALEZ; JENTOFT, 2011). Contudo, voltar o foco para o passo zero, é essencial para entender e procurar resolver os impasses e as dificuldades que resultam do processo de criação das UC, os quais prejudicam a conservação e manejo dos recursos nessas áreas.

Durante muito tempo, a criação de áreas protegidas no Brasil, em especial os Parna, ocorreu sem muita reflexão e consideração sobre as possíveis consequências negativas do estabelecimento desses espaços sobre as populações locais, resultando no surgimento de conflitos (MUNGAI, 2008). Tais divergências entre os diferentes atores sociais envolvidos, em muitos casos, são produto da desorganização e ausência de planejamento no processo de concepção dessas áreas, em que as necessidades e particularidades das populações do entorno não são consideradas (SOUZA; MILANEZ, 2019).

Ainda que a participação social nos processos de criação e implementação das áreas protegidas esteja assegurada por mecanismos legais, como o SNUC, na maior parte das vezes este envolvimento ainda não é totalmente efetivo, com a opinião dos indivíduos envolvidos não sendo considerada, e as decisões formais ocorrendo em outras instâncias, externamente aos fóruns de discussão (HERMANN; COSTA, 2000; QUADROS *et al.*, 2015). Parece haver, em muitos casos, uma repetição do que ocorria no passado, em que as primeiras UC, segundo Pádua (1978 *apud* SCHENINI, COSTA e CASARIN, 2004), eram instituídas com base em sua beleza cênica, por algum fenômeno geológico extraordinário ou em razão de questões políticas, sem considerar critérios técnicos, sociais e científicos consolidados.

Historicamente, o processo de criação das UC tem resultado na disseminação de situações de conflito entre os distintos sujeitos que se relacionam com esses espaços, em razão da proibição ou restrição no uso e exploração dos recursos naturais pertinentes ao seu modo de vida e dos serviços ambientais presentes nestas áreas, ou pela desapropriação das populações locais que ali habitavam antes de

serem instituídas (ARRUDA, 1999; VIVACQUA; VIEIRA, 2005; BENSUSAN, 2006). Muitas discussões também resultam da falta de reconhecimento e da não participação de populações locais no manejo dessas áreas (SOUZA; MILANEZ, 2019). A priorização dos aspectos naturais em detrimento das questões sociais relacionadas à conservação, contribuem, portanto, para a ocorrência de conflitos e tensões, que afetam a gestão dessas áreas e prejudicam a reconstrução de uma relação mais respeitosa e harmônica entre ser humano e natureza.

Cada indivíduo possui uma interpretação diferente de um mesmo ambiente ou elemento, em decorrência de suas vivências, cultura, do seu modo de vida e de suas opiniões. Esse cenário ocorre também com as UC, no qual diferentes segmentos da sociedade envolvidos com determinada AP terão percepções distintas sobre aquele espaço, chamada de percepção ambiental (SANTOS, 2020). As formas distintas como uma UC é vista conduzem a variadas interpretações e reações, e assim, maneiras de agir diferentes dentro dessas áreas e em seu entorno. Essas diferentes maneiras de se perceber o mesmo ambiente, podem gerar conflitos, os quais, em alguns casos, resultam em impactos negativos para a UC, e podem influenciar na conservação dessas áreas, ressaltando a importância de se compreender as diferentes percepções ambientais da sociedade sobre determinado território (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, os estudos sobre essa temática são essenciais para que se conheçam as relações estabelecidas entre ser humano e o ambiente, seus desejos, expectativas, condutas, satisfações e insatisfações, a respeito do espaço em que se está inserido (VASCO; ZAKRZEWSKI, 2010). Os levantamentos realizados com a sociedade são importantes ferramentas para que se conheçam as percepções e valores das pessoas que vivem dentro ou no entorno das UC, dos visitantes, pesquisadores, gestores, entre outros segmentos da sociedade envolvidos (SANTOS, 2020).

Diante do exposto, trabalhos sobre percepção ambiental e as suas relações com o passo zero, podem colaborar com o entendimento sobre a complexidade que envolve a criação de uma área protegida.

2.2 DESVENDANDO O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA BAITACA

2.2.1 Descrição do espaço analisado

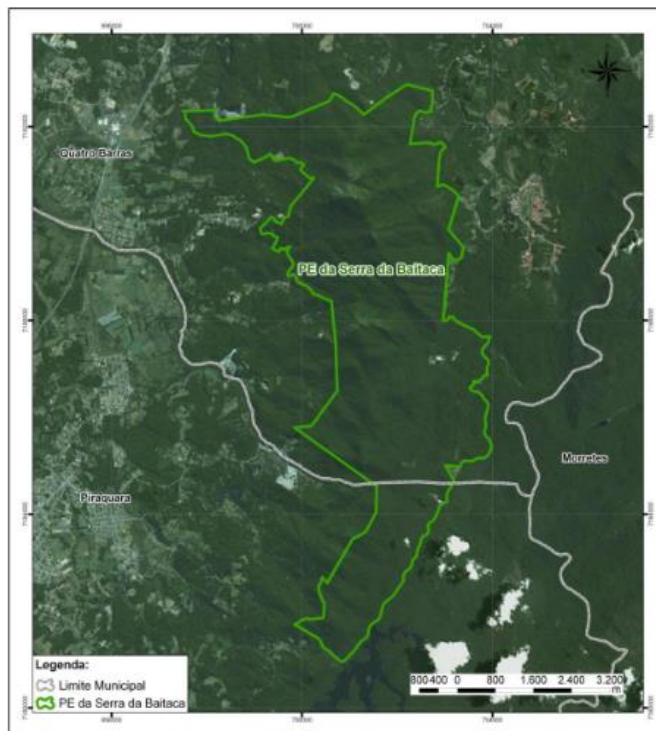
O PESB localiza-se na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, e abriga uma área total de 3.053,21 ha, localizando-se entre os municípios de Quatro Barras, em que ocupa 83% da área do município, e Piraquara, em que ocupa 17% (FIGURA 1). A origem do nome do parque baseia-se em sua localização, no maior conjunto montanhoso que compõe a Serra do Mar, a Serra da Baitaca. Esta teve seu nome vinculado a palavra tupi-guarani “mbaetaca”, utilizada para se referir a uma espécie de papagaio comum na região, o *Pionus maximilani* (PARANÁ, 2017). Os principais atrativos do parque são: o Caminho do Itupava, o Morro do Anhangava e o Morro Pão de Loth.

O PESB, em razão de sua localização geográfica e de sua topografia bem marcante, encontra-se em uma área de transição (ecótono) entre a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Estepes, caracterizadas pela presença de pinheiros e campos do Primeiro Planalto paranaense, respectivamente, e a Floresta Ombrófila Densa (FOD), ou seja, formações que sofrem influência da Mata Atlântica, e que estão em processo de desaparecimento no Paraná, o que confere expressiva importância ecológica à área (PARANÁ, 2017; STRUMINSKI, 2007). O PESB além de proteger uma das poucas áreas remanescentes de Mata Atlântica do Estado, ainda apresenta alta biodiversidade e grande número de espécies endêmicas, servindo de abrigo para diversas espécies da fauna relevantes para a conservação, como o bugio *Alouatta clamitans*, o gavião-tesoura *Elanoides forficatus*, o sapinho-dourado *Brachycephalus pernix* (endêmico do Morro do Anhangava) e o gato-do-mato-pequeno *Leopardus tigrinus* (espécie ameaçada de extinção) (LEITE *et al.*, 1996; MMA, 2007; STRUMINSKI, 2007; SANTOS-PEREIRA; POMBAL Jr.; ROCHA, 2018)

Dentro da área do parque estão as nascentes dos rios Capivari-Mirim, Ipiranga, Capitanduva e Iraí, as quais contribuem para a formação da bacia do Rio Iguaçu, para a bacia do litoral e para a bacia do Rio Capivari, pertencentes ao sistema de captação de água da Região Metropolitana de Curitiba e das represas da Serra do Mar. Soma-se a isso o fato de as duas formações vegetais citadas, encontrarem-se em processo de desaparecimento tanto no âmbito nacional como estadual,

destacando ainda mais a importância da proteção dessas composições, e portanto, desta UC (STRUMINSKI, 2007).

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO E LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA BAITACA



FONTE: Elaborado pela empresa STCP (2016). Mapa retirado do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PARANÁ, 2017).

2.2.2 Um pouco de história

O estudo sistemático sobre a Serra da Baitaca teve início em 1989 a partir de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), motivados pela significativa cobertura vegetal local, pelos problemas decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais e seus impactos no ambiente (STRUMINSKI, 2007).

Uma das ocupações da região da Serra da Baitaca está atrelada ao estabelecimento de europeus no litoral do Paraná desde o ano de 1500, cuja busca pelo ouro e pedras preciosas estimulou viajantes a atravessar a Serra do Mar em direção ao primeiro planalto do interior do Estado. Mas importa comentar que essa região era ocupada por povos originários, e os europeus passaram a utilizar caminhos alargados a partir de trilhas construídas por indígenas Tinguis, que até então tinham

domínio sobre o território, e por faiscadores de ouro (RODERJAN; STRUMINSKI, 1992).

Um desses caminhos, conhecido como Caminho do Itupava, cuja construção se deu em meados do século XVII, foi por dois séculos a principal via de passagem de viajantes e comerciantes, interligando as planícies litorâneas ao primeiro planalto paranaense e sendo utilizada efetivamente para fins comerciais até a primeira metade do século XIX (RODERJAN; STRUMINSKI, 1992).

A utilização desse caminho como via de acesso social e comercial resultou em diversas formas de ocupação local, caracterizados por empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, e com mudanças, inclusive, no traçado e no próprio calçamento da estrada (PARANÁ, 2002b). Supõe-se que em razão da abertura, calçamento e obras de manutenção da Estrada do Itupava, tenha-se iniciado um ciclo de exploração de recursos naturais, como madeira e granito, neste trecho da Serra da Baitaca (RODERJAN; STRUMINSKI, 1992).

Atualmente, o caminho não apresenta mais a função econômica que tinha antigamente, no entanto, é considerado um local de importância cultural e histórica, estando inserido em uma área de Mata Atlântica considerada Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e fazendo parte da Área de Tombamento da Serra do Mar por meio da Lei Estadual nº 1.211 de 1953 (PARANÁ, 1953, 2002b), além de estar cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Arqueológico pela Lei Federal nº 3.924 de 1961 (BRASIL, 1961; IPHAN, 2014).

A importância histórica e arqueológica do PESB, em especial do Caminho do Itupava, está fortemente atrelada aos povos originários, sobretudo indígenas, que habitavam originalmente o território onde se localiza o parque. A própria denominação Itupava é de origem Tupi-Guarani, e significa rio encachoeirado, caracterizando os rios da Serra do Mar (MOREIRA, 1975). Apesar das referências a esse povos no

próprio nome do parque e no Caminho do Itupava, essa parte da história não é totalmente reconhecida, e comentá-la mesmo que brevemente é importante³.

Ao longo da extensão do Caminho do Itupava, pesquisadores arqueológicos encontraram indícios relacionados às populações pré-ceramistas nômades, Humaitá e Umbu. As pesquisas também demonstraram a presença de povos indígenas, pertencentes às tradições Itararé (Jê) e Tupi-Guarani na área estudada, desde 1531, conforme relatos da expedição enviada por Martim Afonso de Souza, o que é comprovado pela descoberta até então de dois sítios arqueológicos, um sítio cerâmico da tradição Jê, e outro sítio cerâmico da tradição Tupi-Guarani (PARANÁ, 2001; IBGE, 2023). Esses fatos demonstram que mesmo antes da chegada dos primeiros colonizadores na área atualmente ocupada pelo município de Quatro Barras, já viviam por ali povos originários, destacando sua relevância.

Outro momento histórico importante atrelado a ocupação da região da Serra do Mar, refere-se ao ano de 1853, em que ocorreu a emancipação política e desmembramento do Paraná dentro do que era o império brasileiro, e iniciou-se um movimento de incentivo ao povoamento do território, atraindo famílias europeias, e com a instalação de melhores estruturas de transporte (RODERJAN; STRUMINSKI, 1992; STRUMINSKI, 2007). Intensificaram-se as obras de calçamento e construção da Estrada da Graciosa que duraram cerca de vinte anos, encorajando a abertura das primeiras pedreiras nos trechos da Serra atravessados por essa estrada (RODERJAN; STRUMINSKI, 1992). Nesta época, também, a erva-mate (*Ilex paraguarienses*), despontou como uma alternativa para sustentação e consolidação do Paraná como província autônoma, porém o chamado ciclo da erva-mate, resultou na fragmentação da floresta por novas propriedades, com estradas utilizadas para a retirada da erva, e depois da madeira (STRUMINSKI, 2007).

Após melhorias e abertura da Estrada da Graciosa em 1873, e sobretudo a construção da ferrovia Curitiba-Paranaguá em 1885, a Floresta Atlântica começou a ser propriamente explorada, com a retirada da madeira do pinheiro (*Araucaria angustifolia*), até então não explorado devido a precariedade das vias de transporte,

³ Este trabalho não tem o objetivo de fazer uma descrição exaustiva da história ambiental da região, mas é importante ressaltar que as histórias dos povos originários que ali habitaram deveriam ser consideradas nos debates atuais.

e de outras espécies características da Floresta de Araucária, como a imbuia (*Ocotea porosa*) e o cedro (*Cedrella fissilis*), importantes árvores nativas (PINHEIRO MACHADO *et al.*, 1969 *apud* STRUMINSKI, 2007).

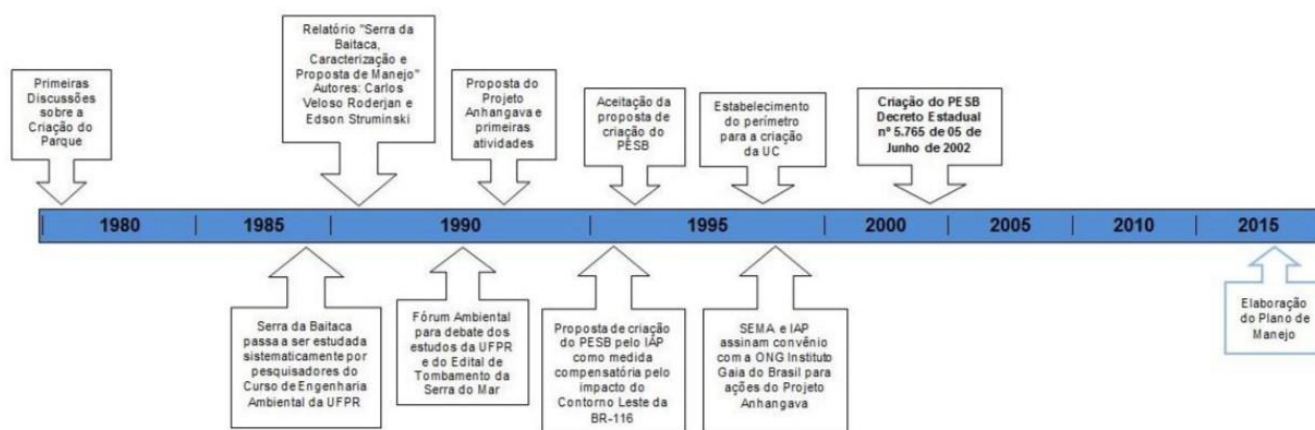
Segundo Trevisan (1985 *apud* RODERJAN e STRUMINSKI, 1992), a construção da estrada de ferro representou uma forma de agressão sistemática a Mata Atlântica, floresta da qual era retirada madeira para ser utilizada em obras e lenha para as locomotivas, no início provocando o alargamento as margens do trilho e depois ampliando para locais mais distantes. De acordo com o mesmo autor, a madeira dos pinheiros das matas de araucárias de Piraquara, foi o principal produto transportado pela ferrovia. Com a estrada de ferro e com a política imigratória que já havia sido iniciada, colonos europeus foram atraídos para povoar o território. A partir disso, serrarias e engenhos de processamento de erva-mate aprimoraram suas atividades. Ademais, também houve aumento no estímulo a exploração do granito, mineral muito usado neste tipo de estrada. Apesar da limitação da mineração a partir de 1986, com o Tombamento da Serra do Mar e abandono gradativo das áreas utilizadas por esse setor (STRUMINSKI, 2007), nota-se até hoje a permanência da indústria extrativista na região, com a existência de pedreiras anexas ao PESB.

Como descrito por Struminski (2007), foi apenas em 1993, depois de longo período de exploração madeireira na Serra do Mar, que montanhistas começaram a adquirir imóveis rurais na região da Serra da Baitaca e a desenvolver ações conservacionistas. A partir desse momento, diversas iniciativas lideradas pelos próprios montanhistas, pelo estado e por organizações não governamentais, visando a proteção, recuperação e manejo da área foram surgindo, como o Projeto Anhangava, em 1995, e posteriormente em 1999, o Movimento Pró-Serra da Baitaca, que buscou atender as questões associadas ao uso público e reivindicar a criação do parque. A UC é então criada em 05 de junho de 2002, via Decreto Estadual nº 5.765, como uma UC de Proteção Integral (PARANÁ, 2002a) como medida de compensação proposta pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 1995, pelo impacto do Contorno Leste da BR-116, obra que cruzaria vários municípios e fragmentaria florestas, campos e rios. A ideia era que pelo menos em teoria se teria recursos para a compensação ambiental destes danos por meio da criação de um PE (STRUMINSKI, 2007). Esta proposta de criação foi aceita em 1996, porém, nota-se que alguns

problemas anteriores a sua criação ainda persistem, e serão discutidos mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

A Figura 2 apresenta uma linha do tempo resumida do histórico de criação do PESB.

FIGURA 2 – HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PESB



FONTE: Elaborado pela empresa STCP (2016). Mapa retirado do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca (PARANÁ, 2017).

2.2.3 Relação ser humano-natureza no PESB: diálogos e tensões

Nesta seção, estão relatadas as diferentes atividades que ocorrem tradicionalmente nas áreas que hoje compõem o parque, as quais constituem diferentes formas de relação com este o espaço, o que gera diferentes percepções, inclusive sobre o processo de criação da UC.

2.2.3.1 Situação fundiária

Conforme dispõe a Lei Federal nº 9.985/2000, algumas categorias de UC, como é o caso dos PE, são de posse e domínio públicos, e assim as áreas particulares em seu interior devem ser adquiridas pelo poder público e desapropriadas (BRASIL, 2000).

Para isso, considerando o que foi exposto e a situação do PESB, desde antes de sua implantação (conforme mencionado no Plano de Manejo), deveria ter sido executada a regularização fundiária do parque, o qual é composto por diversas

propriedades particulares. Diante disso, se faz necessário uma atualização cadastral desses imóveis e um programa específico com este fim. No entanto, mesmo após a criação do PESB em 2002, a situação fundiária ainda não foi regulamentada, e problemas decorrentes disso ainda persistem, sendo um dos fatores mais conflitantes entre os diferentes atores envolvidos, como foi percebido pela leitura das atas e memórias das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca (CCPESB).

2.2.3.2 Atividades confrontantes com o Plano de Manejo

Apesar do Plano de Manejo do PESB prever a proibição de uso do fogo, realização de fogueiras, uso de velas e fogos de artifício, ou qualquer outra conduta que possa vir a causar incêndio no parque, salvo ações para auxiliar no combate e quando realizadas por pessoal tecnicamente qualificado da UC, por brigadistas voluntários cadastrados no plano de contingência, ou Corpo de Bombeiros, há registros de ocorrência de focos de incêndio na UC (PARANÁ, 2017).

No final do inverno e início da primavera, entre julho e setembro, há maior incidência de ocorrência de incêndios no Brasil e no Paraná, por ser um período em que a vegetação se encontra muito seca (SOARES; SANTOS, 2002; VOSGERAU *et.al.*, 2006). Apesar de alguns incêndios serem então causados naturalmente no PESB, há outros causados por ações humanas, não só nesse período mencionado, mas ao longo de todo o ano, resultando em prejuízos tanto para o meio ambiente quanto para o próprio ser humano e suas atividades econômicas.

Além da proibição de fogueiras, não é permitido acampar nas áreas do PESB (PARANÁ, 2017). Ainda assim, há visitantes que adentram o parque por acessos secundários, não realizando o cadastro na base do IAT, e acampam principalmente no Morro do Anhangava, local em que não há estrutura para esse tipo de atividade.

Provavelmente em razão do PESB estar localizado próximo ao centro urbano e devido ao grande número de entradas secundárias por propriedades particulares, muitas pessoas acessam o parque sem conhecimento dos colaboradores, e consomem bebidas alcoólicas e substâncias consideradas ilícitas no interior da UC, além de adentrarem com equipamentos que causam poluição sonora, como aparelhos de som, atividades essas que também são proibidas conforme o que está descrito no

Plano de Manejo (PARANÁ, 2017) e que causam perturbação à fauna e a coletividade. Pichações e marcações em pedras também são frequentes no parque, assim como a deposição de resíduos orgânicos e sólidos, abandonados pelos frequentadores.

Outra situação que causa tensão dentro desse espaço, refere-se a entrada de animais domésticos na UC, especialmente cães. Apesar do Plano de Manejo e as placas de sinalização indicarem a proibição de entrada e permanência desses animais e de fauna exótica no parque, exceto nos casos de cães-guia, muitas pessoas tentam adentrar pela base do IAT ou entram por acessos alternativos, com seus *pets*, o que representa um grande problema para a fauna local e para o próprio animal doméstico.

2.2.3.3 Potencial turístico e atividades desenvolvidas no PESB

As características naturais e os atributos históricos e culturais existentes no PESB, vinculados à possibilidade da prática de esportes de aventura, como caminhadas, escaladas e voo livre, demonstram o alto potencial turístico da Serra da Baitaca. Esses aspectos também colocam a região do parque como um ambiente privilegiado para a realização de outras atividades de ecoturismo e para atividades de educação ambiental. A proximidade do parque com a capital Curitiba faz com que esta UC atraia grande número de visitantes, não só paranaenses, como também de outros estados e estrangeiros, com a demanda de visitação crescendo a cada ano. Nos primeiros quatro meses de 2023, por exemplo, o parque recebeu quase 23 mil visitantes, sendo o quarto mais procurado no Estado (AEN, 2023a).

2.2.3.4 Práticas místico-religiosas

Historicamente, a Serra da Baitaca é um local visitado por pessoas pertencentes a diferentes religiões, como católicos, evangélicos e praticantes de religiões de matriz africana, que atribuem ao espaço da UC e seu entorno outros significados ligados às suas práticas.

Um evento de significado histórico e cultural relevante para muitos moradores locais e que ocorre anualmente no PESB há 73 anos, é a Missa de 1º de maio ou Missa da Paz. O ato religioso, que antes acontecia no cume do Morro Anhangava, e a partir de 2007, passou a ser celebrado no Morro Samambaia, atrai cerca de 430 pessoas por ano, número colocado como limite pela gestão do parque (AEN, 2023b).

O evento, no entanto, envolve sentimentos opostos em relação a sua realização, colocando de um lado os fiéis católicos, e de outro ambientalistas, que criticam os danos ecológicos provocados pela celebração. A decisão de mudança do local de celebração, inclusive, foi tomada considerando as marcas deixadas na vegetação, incêndios, erosão e os deslizamentos registrados no Anhangava, em decorrência do excesso de público, como consequência da falta de controle e fiscalização em anos anteriores (PARANÁ, 2017). Atualmente, o controle e organização é feito por meio de uma parceria entre IAT e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras (PMQB), contando com o apoio do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Guarda Municipal de Quatro Barras. Ainda assim, há pessoas que não concordam com a realização da missa no parque, gerando conflitos entre os diferentes atores envolvidos.

Outro exemplo é que no PESB, há duas cachoeiras bastante apreciadas por visitantes, sendo uma delas mais comumente utilizada por praticantes da Umbanda e do Candomblé, religiões afro-brasileiras, para a realização de oferendas. Por isso, é comum encontrar nesse local, velas, alimentos e cestarias, principalmente. Conforme descrito por Farias (2012), os umbandistas consideram a natureza como um lugar sagrado e de reprodução de suas manifestações religiosas, e por isso suas oferendas aos deuses são deixadas em locais onde um existe um contato mais próximo com essas entidades, o que explica o fato de utilizarem a cachoeira como um espaço para a realização dessas práticas. O mesmo autor relata que as oferendas se constituem como uma das práticas religiosas mais antigas, de forma que:

O território como palco das ações sociais humanas, torna-se de suma importância no fazer religioso. Todas as religiões ligadas ao culto da natureza sempre buscaram criar territórios e paisagens sagrados [...] espaços estes, que por suas características peculiares, têm uma energia específica, diferente das demais áreas e, portanto, capaz de abrir o canal de comunicação entre o homem e Deus. (FARIAS, 2012).

Essas práticas também têm gerado debates, sobretudo com ambientalistas, que enxergam as oferendas como potencial ação poluidora e passível de controle de UC de Proteção Integral (PARANÁ, 2017).

2.2.4 O Conselho Consultivo do PESB

Conforme o art. 29 da Lei nº 9.985/2000, as UC de Proteção Integral, como os PE, e as Florestas Nacionais, devem dispor de um Conselho Consultivo (CC), que

será presidido pelo órgão responsável por sua administração e composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, proprietários de terra se for o caso e representantes das populações tradicionais caso residam na unidade, conforme hipótese prevista no § 2º do art. 42 (BRASIL, 2000). Além disso, sempre que possível, o conselho deve ser paritário em relação a representação de órgãos públicos e sociedade civil, considerando as especificidades de cada local, conforme prevê o Decreto nº 4.340 de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2002).

O CCPESB foi criado em 11 de setembro de 2009, por meio da Portaria IAP nº 159 (PARANÁ, 2009), a qual foi substituída em 2018, por meio da Portaria IAP nº 107 (PARANÁ, 2018), em que determinou-se que o CC do parque passaria a ter a seguinte composição: um representante do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), agora IAT; um representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; um representante da Secretaria de Estado da Cultura; um representante da Paraná Turismo; um representante da Câmara de Vereadores de Quatro Barras; um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Turismo de Quatro Barras; um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Quatro Barras; um representante da Secretaria de Meio Ambiente de Piraquara; um representante da Associação de Moradores da Borda do Campo – AMO Borda do Campo; um representante da Associação de Moradores da Baitaca – AMO Baitaca; um representante do Anhangava Clube de Voo Livre; um representante da Federação Paranaense de Montanhismo – FEPAM; um representante da Mater Natura; um representante dos Produtores Orgânicos de Quatro Barras; um representante de Esportes Aéreos; e um representante da Associação Caiguava de Pesquisa⁴. Conforme esta portaria, as atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do CCPESB, seriam determinados em regimento interno aprovado em reunião, o que se concretizou em

⁴ Com base nos representantes elencados na Portaria IAP nº 107/2018 e o que está descrito nas atas e memórias das reuniões do CCPESB, nota-se que a paridade do conselho determinada pelo IAT se baseia na divisão entre instituições governamentais e instituições não-governamentais, sendo este critério adotado no momento da leitura e marcação das unidades de registro Presença e Ausência, referentes a categoria de análise Paridade na participação, nas atas e memórias das reuniões do conselho.

2018, com a aprovação deste documento, após ter sido elaborado e debatido em conjunto pelos membros do conselho.

No entanto, por meio da Portaria IAT nº 255, publicada em 2023, a qual institui critérios para criação, implementação e composição de Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC Estaduais administradas pelo órgão, foram revogadas as composições dos conselhos instituídas por Portarias publicadas antes desta, assim como foram revogados os regimentos internos dos conselhos, conforme art. 10 e art.11, respectivamente. Deste modo, atualmente, o CCPESB não se encontra ativo e consequentemente reuniões não estão ocorrendo. O CCPESB, assim como conselhos de outras UC será reativado quando a nova composição do conselho for definida a partir de edital de chamamento de membros da sociedade civil e de órgãos públicos, seja aprovada pelo Diretor-Presidente do IAT, seja instaurado o processo de implementação do Conselho novamente, convocada reunião de instalação do Conselho e os conselheiros sejam designados pelo Chefe da UC para assumir suas funções, e por fim seja publicada a Portaria de criação do Conselho, conforme diretrizes determinadas na Portaria nº 255/2023 (PARANÁ, 2023).

3 METODOLOGIA

3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Para entendimento e conhecimento da temática a ser abordada no trabalho, a etapa preliminar consistiu no levantamento bibliográfico de trabalhos científicos relacionados a áreas protegidas, sua criação e gestão, diálogo de saberes, relação ser humano-natureza, passo zero e artigos que abordassem temas socioambientais vinculados a unidades de conservação. Esses documentos foram organizados no *software* Mendeley, um programa gerenciador de referências bibliográficas. Essa etapa foi importante também para definição das categorias analíticas utilizadas na caminhada metodológica (descrita a seguir).

Foi também realizada uma busca por documentos secundários relacionados ao PESB, como relatórios sobre a UC e atas e memórias das reuniões do CC. As atas e memórias foram posteriormente inseridas no *software* de análise qualitativa, QDA Miner Lite, no qual foram analisadas (ver seção 3.2 Análise de Conteúdo).

Finalizado o levantamento bibliográfico e o levantamento dos documentos secundários, foram definidos os procedimentos metodológicos relacionados a cada objetivo específico (QUADRO 1).

QUADRO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS COM BASE EM CADA OBJETIVO ESPECÍFICO DO PRESENTE TRABALHO

OBJETIVO ESPECÍFICO	ETAPA DA PESQUISA	PROCEDIMENTOS
Compreender o processo chamado passo zero do Parque Estadual da Serra da Baitaca	Análise exploratória de documentos	(1) Busca por artigos sobre passo zero (2) Busca por documentos secundários relacionados ao PESB (3) Organização dos dados em um software gerenciador de referências bibliográficas (4) Leitura dos artigos e documentos secundários (5) Descrição das principais características sobre processo de criação do PESB (6) Conversa com servidoras do Instituto Água e Terra para refinar essa descrição
Desenvolver categorias de análise sobre percepção socioambiental e o processo passo zero	Criação das categorias necessárias para codificação das atas e memórias das reuniões do CCPESB	(1) Organizar um quadro com as categorias de análise relacionadas ao passo zero e à percepção socioambiental, a partir da literatura disponível sobre estes temas
Investigar as percepções dos diferentes sujeitos sobre o Parque Estadual da Serra da Baitaca e seu processo de criação, a partir da narrativa presente nas atas e memórias das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca	Análise de conteúdo das atas e memórias das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca (CCPESB)	(1) Separação e organização das atas e memórias das reuniões do CCPESB no software QDA Miner (2) Pré-análise do material (3) Exploração do material e codificação (4) Interpretação das categorias
Gerar informação e levantar temas a serem discutidos com os diferentes atores sociais envolvidos com a UC	Discussão dos resultados para construção de questionamentos pertinentes sobre as percepções socioambientais da UC	(1) Discussão sobre o passo zero do PESB e sua influência nas percepções sobre a UC (2) Sistematização de questionamentos pertinentes sobre as percepções socioambientais sobre a UC, considerando os conhecimentos concordantes e discordantes entre os diferentes atores sociais envolvidos com a área protegida

FONTE: A autora (2023).

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após as etapas preliminares, foram analisados os documentos secundários vinculados ao parque: atas e memórias das reuniões do CCPESB, estas com acesso autorizado pela chefe da UC e pela Gerência de Áreas Protegidas (GEAP) do IAT; plano de manejo; relatórios; e pesquisas realizadas no parque e em seu entorno antes da criação desse espaço, os quais apresentam aspectos históricos, econômicos, sociais e ambientais, primordiais para o entendimento dos significados distintos que se atribuem a UC.

Para a análise das atas e memórias das reuniões do CC, utilizou-se o método empírico chamado de análise de conteúdo, de Bardin (2011). Segundo a autora, a função principal desse método é o desvendar crítico, consistindo em um conjunto de ferramentas metodológicas, as quais se aplicam a discursos diversificados.

Considerando o conjunto de técnicas da análise de conteúdo, no presente estudo foi utilizada a técnica categorial, fundamentada no desmembramento do texto em categorias. Assim, os documentos foram analisados conforme as três etapas principais do processo de análise de conteúdo definidas pela autora (QUADRO 2): (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) a interpretação das categorias, estas que foram previamente determinadas a partir da literatura, identificação dos termos que aparecem em maior frequência nos textos e de critérios vinculados aos objetivos do estudo. Na fase de pré-análise, a partir da leitura flutuante, os documentos foram escolhidos e organizados e foram elaboradas hipóteses para interpretação do material. A fase seguinte de exploração do material, consistiu na categorização e codificação dos documentos, em que os dados foram unidos em categorias. E na terceira fase, ocorreu por fim, o tratamento dos resultados, em que foram feitas inferências e interpretações dos dados arranjados nas distintas categorias (BARDIN, 2011).

QUADRO 2 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A ANÁLISE DO CONTEÚDO

ETAPAS DA ANÁLISE DO CONTEÚDO		PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA PESQUISA
Pré-análise	Escolha dos documentos	Passos realizados por meio da análise exploratória de documentos
	Organização do material	
	Leitura flutuante: elaboração de hipóteses	
Exploração do material	Categorização e Codificação dos documentos	Categorias de Contexto: oriundas dos temas de pesquisa
		Categorias de Análise: subdivisão das categorias de contexto
		Unidades de Registro: palavras e/ou expressões que explicam a categoria de análise
Tratamento dos resultados	Inferências	Coleta dos atributos do passo zero e da percepção ambiental na codificação
	Interpretações	Contextualização e descrição dos atributos do passo zero e percepção ambiental listados

FONTE: A autora (2023).

Para auxiliar na análise de conteúdo, as 25 atas e memórias das reuniões do CCPESB foram organizadas no *software* QDA Miner Lite, versão gratuita do programa, com licença permanente. O *software* consiste em uma ferramenta de análise qualitativa, que possibilita a análise dos mais variados tipos de documentos e a exploração de informações. Apesar dos recursos disponíveis serem limitados na versão gratuita, isso não comprometeu a qualidade da análise realizada. A escolha por esse programa se deu em função de sua interface intuitiva, facilitando o manuseio e a organização do trabalho. Sua utilização teve como objetivo agilizar o processo analítico proposto, considerando o grande número de documentos a serem analisados.

No presente estudo, as categorias de contexto foram obtidas dos temas centrais da pesquisa, passo zero e percepção ambiental. As categorias de análise, como subdivisão das categorias de contexto, foram definidas a partir das referências bibliográficas levantadas, e foram transformadas nos chamados códigos analisados pelo *software*. Já as unidades de registro (palavras e expressões que explicam a categoria de análise) foram obtidas com base na literatura e na leitura prévia das atas e memórias.

No Quadro 3, estão descritas as categorias de análise e as respectivas referências que serviram de inspiração para sua definição, assim como as unidades de registro criadas para a análise do conteúdo.

QUADRO 3 – CATEGORIAS CRIADAS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

CATEGORIAS DE CONTEXTO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	UNIDADES DE REGISTRO	REFERÊNCIAS QUE SERVIRAM DE INSPIRAÇÃO PARA AS CATEGORIAS DE ANÁLISE
Passo zero	Gestão	Qualidade dos processos de gestão	Giraldi-Costa, Medeiros e Tiepolo (2020), Bennett (2016) e Sowman <i>et al.</i> (2011)
		Facilidades	
		Desafios	
		Compreensão da realidade	
	Paridade na participação	Presença	Carneiro (2011), Giraldi-Costa, Medeiros e Tiepolo (2020) e Sowman <i>et al.</i> (2011)
		Ausência	
	Consenso sobre os usos permitidos na UC	Colaboração	Giraldi-Costa, Medeiros e Tiepolo (2020) e Sowman <i>et al.</i> (2011)
		Impasses	
Percepção ambiental	Atores	Concordâncias	Giraldi-Costa, Medeiros e Tiepolo (2020)
		Discordâncias	
		Percepção dos problemas	Silva (2019), Sammarco (2005)
	Construção de conhecimentos	Interação: Cooperação x Divergências	
		Pluralidade	
		Valores e interesses	Maturana e Valera (2001)
		Experiência	
		Bagagem cultural e histórica	
	Relação ser humano-natureza	Pertencimento	Sammarco (2005)
		Segregação	
	Impactos sociais da conservação	Equidade entre custos e benefícios	Bennett (2016)
		Inequidade entre custos e benefícios	

FONTE: A autora (2023).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB

Com base nas pautas das reuniões do CCPESB, foram determinadas as unidades de registro vinculadas a cada uma delas, a fim de verificar quais unidades de registro foram pautadas e quais não (QUADRO 4). É importante dizer que algumas reuniões não apresentavam uma pauta clara, e assim, as pautas foram definidas com

base na leitura dos documentos, indicando-se no quadro os assuntos que foram discutidos.

QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB (CONTINUA)

ATAS E MEMÓRIAS REUNIÕES CCPESB	PAUTA	UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS
ATA 12.05.2010	Regularização fundiária do PESB; e aplicação da medida compensatória	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES
ATA 01.06.2010	Missa do 1º de maio; atualização de membros e instituições que compõem o CCPESB; eleição de novo presidente e secretários; disponibilização pública das atas; contratação de funcionários para o trailer; e atualização sobre a regularização fundiária	BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; DESAFIOS; VALORES E INTERESSES
ATA 03.08.2010	Assinatura do regimento interno, lido e aprovado em reunião do dia 6 de outubro de 2010; assinatura das atas das reuniões de 02 de fevereiro de 2010, 02 de março de 2010 e 01 de junho de 2010; apresentação dos grupos de trabalho sobre Plano de Ação Emergencial e Regularização Fundiária; e informes	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES
ATA 29.09.2010	Avanços das atividades dos grupos de trabalho; atualização da composição do conselho; e informes em relação a propostas de gestão	INTERAÇÃO: COOPERAÇÃO x DIVERGÊNCIAS; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
ATA 17.03.2011	Apresentação da proposta de recuperação da trilha principal do Anhangava - Engº Edson Struminski; apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho (GT) da trilha da Asa Delta; Missa do 1º de maio; GT de Ações Emergenciais; e informes	BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA; DESAFIOS
ATA 20.12.2011	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); regularização fundiária do Parque; área proposta à doação pela Imobiliária Vilandra; Plano de Manejo; Caminho do Itupava e Pão de Loth; Missa do 1º de Maio; trilha de acesso ao Morro do Samambaia; acesso Asa Delta - frontal; e informes	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES; INTERAÇÃO: COOPERAÇÃO x DIVERGÊNCIAS; BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA
ATA 11.04.2012	Missa da Paz (1º de maio); informes e atualizações sobre Plano de Manejo e regularização fundiária; tema livre	BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA; DESAFIOS; VALORES E INTERESSES

QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB (CONTINUAÇÃO)

ATAS E MEMÓRIAS REUNIÕES CCPESB	PAUTA	UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS
ATA 31.08.2012	Atualização de informações da gestão do PESB (Plano de Manejo, regularização fundiária, instalação de receptivo, doação de área da Imobiliária Vilandra, convênio IAP e PMQB; e tema livre (mutirão do dia 22 de setembro, recomposição do conselho, retirada de samambaia - espécie ameaçada)	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES; PERTENCIMENTO; INTERAÇÃO; COOPERAÇÃO x DIVERGÊNCIAS; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; SEGREGAÇÃO; PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS
ATA 20.12.2012	Atualização de informações sobre a gestão do PESB (Plano de Manejo, regularização fundiária, receptivo); incêndio no campo do Asa Delta; pichações; e processo de renovação do Conselho	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES; PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS; SEGREGAÇÃO; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
ATA 03.04.2013	Missa da Paz de 2013; e informes	BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA
ATA 05.12.2013	Discussão sobre reformulação / renovação do Conselho; exposição introdutória sobre a importância do Conselho na gestão do Parque, pela bióloga Karina de Oliveira do Mater Natura; informes gerais sobre o PESB (segurança, Plano de Manejo, regularização fundiária, indenização da área da Base Borda do Campo, incêndio no morro Pão de Loth e ações visando a sua recuperação e da trilha de acesso)	DESAFIOS; PERTENCIMENTO; VALORES E INTERESSES; COMPREENSÃO DA REALIDADE; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
MEM 10.05.2018	Missão do 1º de maio; aumento da visitação no PESB; funcionamento, composição e organização do Conselho; regularização fundiária; e problemas e demandas do PESB	BAGAGEM CULTURAL E HISTÓRICA; DESAFIOS; VALORES E INTERESSES; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS

QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB (CONTINUAÇÃO)

ATAS E MEMÓRIAS REUNIÕES CCPESB	PAUTA	UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS
MEM 25.08.2018	Planejamento de ações prioritárias para o PESB	DESAFIOS; COMPREENSÃO DA REALIDADE; PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS
MEM 30.08.2018	Empreendedorismo no entorno do PESB (confrontantes e empreendedores do entorno do PESB)	VALORES E INTERESSES; COMPREENSÃO DA REALIDADE; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS
MEM 13.09.2018	Regimento Interno do CCPESB	-
MEM 09.10.2018	Regimento Interno do CCPESB	-
MEM 13.12.2018	Acolhimento do Regimento Interno do CCPESB; retrospectiva; elevação da secretaria; expectativa para 2019	-
MEM 28.03.2019	Abertura - Gerente do PESB: Joel Moreira; apresentação do Diretor da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP): Aristides Atayde de Bisneto; presença do Deputado Goura; homenagem a Du Bois; questões dos GT's de Segurança e Comunicação Visual; sinalização; planejamento DIBAP: Schirle Margaret dos Reis Branco; e assuntos gerais	QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
MEM 25.06.2019	Plano de ação	DESAFIOS; COMPREENSÃO DA REALIDADE; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO

QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB (CONTINUAÇÃO)

ATAS E MEMÓRIAS REUNIÕES CCPESB	PAUTA	UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS
MEM 24.09.2019	Rampa de voo - Asa Delta; sinalização; regularização fundiária; incêndios criminosos; erradicação de espécies exóticas; cadastro para acesso ao parque - operadoras de turismo; integração do PESB com o entorno; educação ambiental nas escolas; e divulgação da UC	VALORES E INTERESSES; DESAFIOS; SEGREGAÇÃO; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; PERTENCIMENTO
MEM 03.12.2019	Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza - PREVINA (ações, voluntariado); estratégias entre IAP e moradores para comunicação na prevenção de incêndios; divulgação da UC; sinalização; e estruturação do trailer	PERTENCIMENTO; DESAFIOS; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
MEM 18.12.2019	Projetos em andamento sobre a rampa de parapente e voo livre; programa Paraná Aventura; plano de gestão prevendo autorização de funcionamento de empresas de turismo, mudanças IAP para IAT; reestruturação dos processos de compensação ambiental; ações conjuntas de sinalização, segurança e prevenção a incêndios; complementação ao plano de ação de 2019; diagnóstico da UC	VALORES E INTERESSES; DESAFIOS; INTERAÇÃO: COOPERAÇÃO x DIVERGÊNCIAS; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO

QUADRO 4 – UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS NAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB (CONCLUSÃO)

ATAS E MEMÓRIAS REUNIÕES CCPESB	PAUTA	UNIDADES DE REGISTRO PAUTADAS
MEM 09.06.2020	Abertura com apresentação do chefe do Escritório Regional de Curitiba (ERCBA) - Luiz Fornazzari Neto; a pandemia e as questões da UC: o que fazer?; apresentação do chefe do ERCBA sobre algumas ações a serem tomadas; sugestões dos conselheiros; planejamento para o PESB; incêndios florestais, fogueiras, PREVINA e Brigada FEPAM; controle e ordenamento de visitantes; e articulações necessárias e termos de parceria entre IAT, PMQB, Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental, FEPAM e associações de moradores visando atuação em todos os finais de semana	DESAFIOS; IMPASSES; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO; SEGREGAÇÃO; COMPREENSÃO DA REALIDADE; INTERAÇÃO: COOPERAÇÃO x DIVERGÊNCIAS
MEM 27.09.2022	Apresentação da nova chefe do PESB: Marina Rampim; reativação das representações do Governo e da Sociedade Civil Organizada; revisão do Plano de Trabalho proposto e dos demais assuntos previstos no Plano de Manejo; encaminhamentos a serem tomados pela chefe da UC	COMPREENSÃO DA REALIDADE; QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO
MEM 08.11.2022	Regularização fundiária; acampamento na UC; lixo e limpeza na Cachoeira do Asa Delta; atividade e cadastro de instituições religiosas	DESAFIOS; VALORES E INTERESSES; SEGREGAÇÃO; PLURALIDADE

FONTE: A autora (2023).

Foi produzido também um gráfico (GRÁFICO 1) a fim de indicar a frequência e promover uma melhor visualização das unidades de registro vinculadas as pautas das reuniões.

GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE REGISTRO VINCULADAS AS PAUTAS DAS REUNIÕES DO CCPESB



FONTE: A autora (2023).

A indicação das unidades de registro presentes nas pautas das reuniões do conselho forneceu subsídios para que se tivesse uma prévia de quais temáticas foram mais discutidas ao longo desses encontros. Pelo gráfico, observa-se que as unidades de registro: “Facilidades”, “Presença”, “Ausência”, “Colaboração”, “Concordâncias”, “Discordâncias”, “Experiência”, “Equidade entre custos e benefícios”, e “Inequidade entre custos e benefícios” não estiveram vinculadas a nenhuma das pautas das reuniões do CCPESB.

Apesar de em algumas reuniões ter sido discutida a questão da paridade dentro do conselho, principalmente quando estas começaram, e da Portaria IAP nº 107 de 2018 (PARANÁ, 2018), ter determinado, por meio da indicação dos representantes, um equilíbrio entre membros de órgãos públicos e sociedade civil, as discussões sempre foram breves e sem muito aprofundamento. Isso é perceptível pelo fato das unidades de registro “Presença” e “Ausência”, referentes a categoria de análise “Paridade na participação”, não estarem presentes nas pautas das reuniões, e também terem sido marcadas apenas uma vez cada ao longo da análise dos

documentos, como pode ser observado no Gráfico 2. No Capítulo V do Decreto nº 4.340/2002 que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000, define-se a composição e a competência do conselho e do órgão gestor, além de outros aspectos sobre a criação e funcionamento de conselhos. Como determinado por esse decreto, o conselho será presidido pelo chefe da UC e deve ter sempre que possível, e considerando as peculiaridades de cada local, uma composição paritária, ou seja, o mesmo número de membros de órgãos públicos e da sociedade civil, designados por esse chefe e que são indicados pelos setores a serem representados. No caso da representação dos órgãos públicos, esta deve abranger quando possível, os órgãos ambientais dos níveis municipal, estadual e federal e órgãos de áreas afins, como pesquisa científica, educação, turismo, defesa nacional, povos indígenas e assentamentos agrícolas. Em relação a sociedade civil, a representação deve ser formada, quando couber, pela comunidade científica, organizações não-governamentais ambientalistas atuantes na região, população residente e do entorno da unidade, proprietários de terra com imóveis dentro dos limites da UC, trabalhadores e representantes do setor privado atuantes na região, representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e representantes das populações tradicionais, caso residam na unidade (BRASIL, 2002).

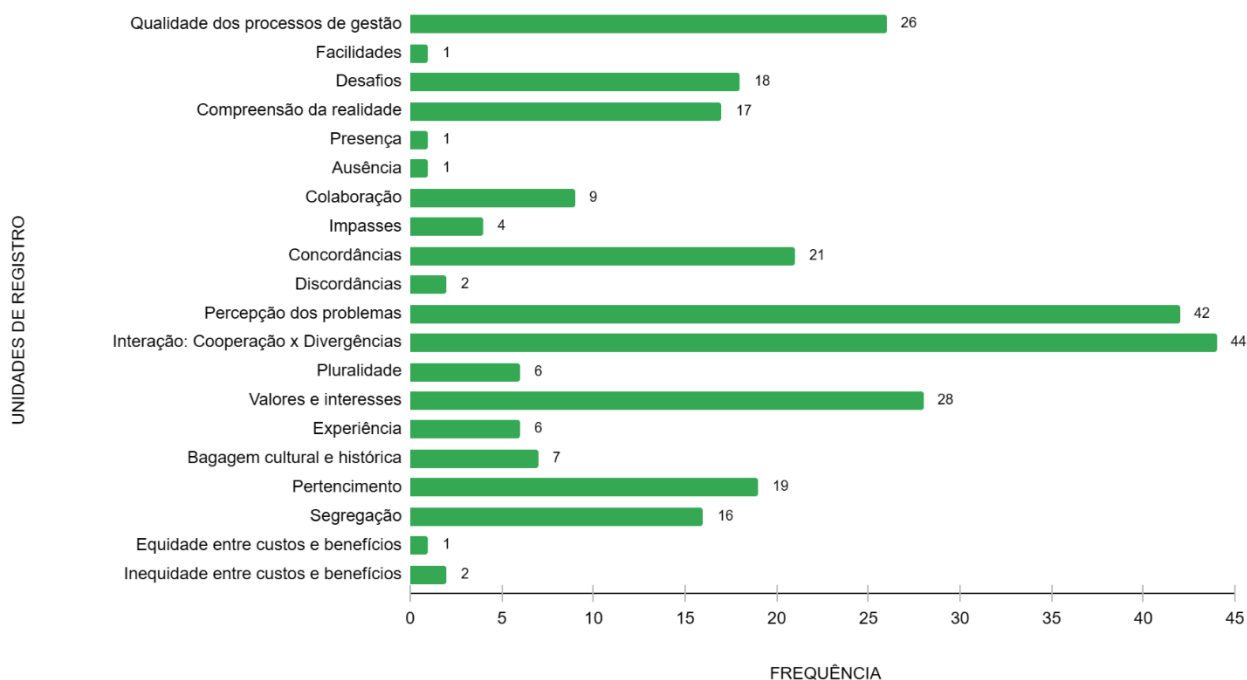
O Conselho Gestor é considerado como o principal instrumento de participação pública por parte da gestão ambiental pública, e neste espaço são deliberados os mais diversos assuntos sobre a UC e a região onde está situada. Os conselhos possuem como função primordial o direcionamento da gestão e do planejamento das UC, além do compartilhamento dos interesses dos diferentes grupos e atores sociais envolvidos, a fim de que sejam atendidas suas demandas (SILVA, 2013). No entanto, por mais heterogênea que possa ser considerada a composição de um conselho, como ocorre com o CCPESB, a representatividade dos grupos sociais nesses espaços de discussão ainda gera críticas (SILVA *et al.*, 2017). Em alguns casos, há uma maior valorização dos interesses de determinados atores em detrimento das demandas das comunidades locais, levando a questionar a real representatividade e voz ativa dada a estas pessoas em relação aos assuntos que regem a UC. Assim, muito mais do que rever as composições dos conselhos, é necessário buscar mecanismos para torná-lo um espaço no qual os interesses de

todos os atores sociais envolvidos sejam defendidos, promovendo uma consolidação da representatividade (SILVA *et al.*, 2017).

Como elucidado por Buchy e Hoverman (2000), a construção da participação social no conselho e nas decisões relacionadas a UC depende também do posicionamento dos gestores, os quais são responsáveis por cumprir com os princípios de representatividade, clareza e transmissão das informações. A existência desses atributos tende a garantir comprometimento, equidade, transparência e continuidade ao processo de gestão dessas áreas e as pessoas que as integram.

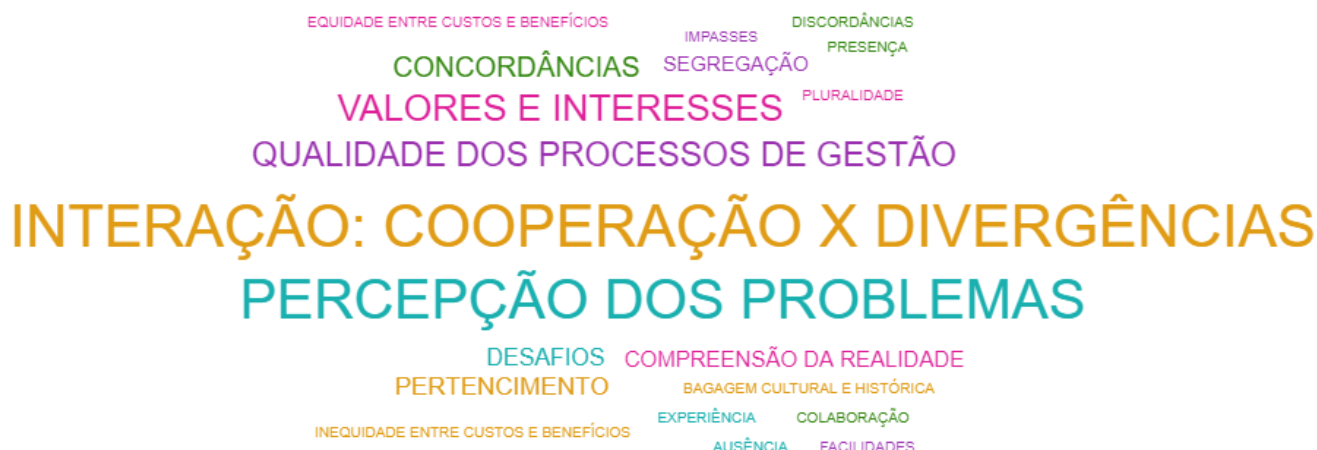
A partir da leitura das atas e memórias das reuniões do CCPESB, também foi elaborado um gráfico com a frequência, ou seja, o número de vezes que as unidades de registro foram marcadas ao longo dessas leituras (GRÁFICO 2), assim como foi produzida uma nuvem de palavras (FIGURA 3) a partir desses mesmos dados, utilizando a plataforma *online WordClouds*, com o intuito de facilitar a visualização dos resultados obtidos.

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE REGISTRO MARCADAS A PARTIR DA LEITURA DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 3 – NUVEM DE PALAVRAS: UNIDADES DE REGISTRO ELENCADAS A PARTIR DA LEITURA DAS ATAS E MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO CCPESB



FONTE: A autora (2023).

Com base nas frequências das unidades de registro visualizadas no gráfico e representadas na nuvem de palavras, constatou-se que as discussões nas reuniões estão atreladas sobretudo a momentos de cooperação ou divergência entre os atores sociais envolvidos (unidade de registro: Interação: Cooperação x Divergências) e o conhecimento dos problemas existentes na UC por parte dos membros do Conselho (unidade de registro: Percepção dos problemas), a qual é a segunda unidade de registro mais presente.

A partir da leitura das atas e memórias, observou-se que há diversas situações em que os atores concordam a respeito da decisão a ser tomada sobre uma situação que está sendo discutida e possuem opiniões semelhantes sobre as ações a serem realizadas no PESB e no seu entorno, procurando discutir juntos a melhor solução a ser tomada. É importante destacar que esses pontos concordantes entre os representantes diz respeito sobretudo a tentativas de resolver problemas ambientais constatados no parque e em seu entorno.

Sobre a compreensão das relações ser humano e natureza, ficou nítido que as atividades incompatíveis com as finalidades do parque, elencadas na fundamentação teórica deste estudo, como deposição excessiva de resíduos orgânicos e sólidos, fogueiras, entrada de animais domésticos e pichações, foram as

mesmas pontuadas pelos sujeitos nas reuniões, os quais demonstraram preocupação com relação aos efeitos danosos dessas ações para a biodiversidade. Essas atividades estão diretamente ligadas a segregação existente entre ser humano e natureza, perceptíveis pelos problemas elencados, e geram consequências negativas para o meio ambiente.

Mesmo que o pertencimento prevaleça sobre a segregação em termos de frequência, como observado no Gráfico 2 e na Figura 3, por meio de iniciativas que visam promover melhorias no parque, como a manutenção e recuperação das trilhas realizadas por grupos de montanhistas voluntários, é nítido que esse sentimento de cisão entre ser humano e natureza acaba sobressaindo, já que há grande número de ocorrências de ações destrutivas contra a natureza, as quais não condizem com os objetivos da UC e prejudicam a conservação do PESB. Ainda assim, os mutirões organizados por clubes de montanhismo em parceria com o IAT para a melhoria das trilhas da UC, e o envolvimento de moradores locais no combate a incêndios criminosos, por exemplo, vêm contribuindo para que esse espaço se mantenha protegido, dentro do que é possível.

Como mencionado por Sammarco (2005), devido aos modos de vida predominantemente urbanos e hábitos de consumo pouco conscientes, tanto os recursos naturais são extremamente degradados quanto os valores sociais para suprir as necessidades que surgem decorrentes deste estilo de vida. A autora defende que, ao que parece, em um contexto de ocorrência de tantos problemas socioambientais, o ser humano como forma de compensar as suas ações predatórias de apropriação da natureza, está tentando proteger as áreas naturais de si mesmo, e não de outros seres. Soma-se a isso, o fato de que já se sabe que as UC não são a garantia de que o meio ambiente será realmente preservado, resultando em conflitos resultantes dos impasses entre conservacionismo e necessidade humana.

A categoria “Qualidade dos processos de gestão” também apareceu com bastante frequência durante as reuniões do conselho. Apesar das leituras indicarem, desde a realização dos primeiros encontros, uma preocupação da chefia do PESB com os problemas elencados pelos atores sociais, busca por soluções e uma abertura para ouvir o que as pessoas tinham a dizer, observam-se situações de impasses entre IAT, moradores que vivem próximos ao parque e governo municipal, relacionadas aos

limites e área do parque e que se associam ao processo de criação e a situação fundiária não regularizada. Este ponto merece destaque na discussão deste estudo, ao considerar-se que mesmo que um bom processo de criação de uma AP não seja garantia de sucesso nas fases seguintes, é provável que uma gestão que não tenha um bom começo venha a enfrentar problemas em fases posteriores, os quais serão difíceis de corrigir (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007). Soma-se a isso o fato de que para que a gestão se torne duradoura, esta deve ser entendida como um processo de empoderamento dos atores envolvidos com o espaço, indo além de uma organização institucional e do direito à participação social nas decisões, para um processo de educação continuada (JENTOFT, 2004).

Conforme lido em uma das memórias das reuniões do CCPESB de 2022, um levantamento de todas as matrículas existentes vinculadas a UC paranaenses foi realizado pelo Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (CEUC). No entanto, não foram encontradas matrículas regulares na área do PESB, e foi informado que seria necessário o IAT contratar uma empresa para a realização correta do levantamento dos perímetros das áreas situadas no parque. Na sequência disso, precisaria fazer um levantamento dos proprietários dessas áreas, para então proceder com o processo de regularização, com o pagamento das indenizações pelo IAT pelas desapropriações. A regularização fundiária do parque já deveria ter sido executada desde antes de sua implantação, no entanto, a UC foi criada mesmo que isso não tivesse ocorrido, levando a ocorrência de conflitos.

Medeiros e Fiedler (2004) indicam que a situação fundiária não regularizada dentro das UC resulta no aumento da pressão sobre a conservação dos recursos naturais, com a ocorrência de incêndios por exemplo. Nesse sentido, a regularização fundiária tanto da área interna das unidades, como do entorno, é apontada por Aximoff e Rodrigues (2011), como sendo uma medida essencial para a prevenção de incêndios nesses espaços.

Valendo-se dessa narrativa sobre os incêndios florestais que atingem o PESB, aponta-se a necessidade e importância do desenvolvimento de ações planejadas e conjuntas de prevenção e combate, entre gestores das UC e moradores desses locais, além do zoneamento das regiões mais críticas aos incêndios, identificando as áreas que deveriam receber prioridade nas ações de prevenção, fiscalização e controle

(AXIMOFF; RODRIGUES, 2011). De acordo com relatos dos membros do CCPESB, os incêndios que ocorrem no parque, quase em sua totalidade, possuem causa antrópica, sendo a maior parte criminosa. No entanto, é importante entender primeiramente quais são os motivos que levam os indivíduos a cometer esses atos, para então propor ações preventivas e inibitórias de forma combinada para redução dos incêndios dessa natureza, ressaltando o papel da educação ambiental e da fiscalização nesse processo (MEDEIROS; FIEDLER, 2004).

Sobre as práticas místico-religiosas que ocorrem no PESB, e que são motivo de conflitos entre religiosos e ambientalistas, destaca-se que proibir a realização dessas práticas não é a melhor solução, como apontado pela chefe do parque e por uma socióloga e servidora de carreira da Divisão de Unidade de Conservação (DUC) do IAT, e mencionado no Plano de Manejo. Como explicado no início deste trabalho, a região da Serra da Baitaca é um local visitado por pessoas pertencentes a diferentes religiões, como católicos, evangélicos e praticantes de religiões de matriz africana, que atribuem ao espaço da UC e seu entorno significados diferentes. Os praticantes das religiões que consideram a natureza como um lugar sagrado e de reprodução de suas manifestações, recorrem a espaços naturais, como as áreas protegidas, que possuam rios, clareiras, córregos, cascatas, lagos, cachoeiras, matas, montes e pedreiras, por reconhecerem esses elementos como sagrados e como propícios para comunicação com suas divindades (COSTA, 2008).

No entanto, os rituais e as oferendas realizadas por praticantes dessas religiões no PESB são enxergadas por ambientalistas como fontes poluidoras, gerando debates. No Brasil, existem iniciativas e conquistas relevantes efetivadas em UC de Proteção Integral para conciliação entre conservação da natureza e uso público religioso, como é o caso do Parque Nacional da Tijuca (COSTA, 2008) no Rio de Janeiro e do Parque Municipal de Pirajá na Bahia, também conhecido como Parque São Bartolomeu, unidades de conservação com registro de espaços sagrados e/ou usos religiosos, como apresentado no trabalho de Fernandes-Pinto (2017).

Verificou-se que apesar de existirem muitos objetivos para a UC sobre os quais os atores sociais concordam (unidade de registro: Concordâncias), assim como consenso em relação a boa parte dos usos permitidos na UC (unidade de registro: Colaboração), há situações de impasses sobretudo referentes a entrada de grandes

grupos no parque e sobre o acesso e realização de eventos organizados por grupos religiosos, como a Missa de 1º de maio.

A existência de acessos secundários, os quais dificultam o controle efetivo dos visitantes e comprometem a segurança dos moradores que possuem suas propriedades utilizadas para acessar o parque, assim como dos visitantes, também foi enfatizada em diversas reuniões como sendo um desafio a ser superado. Foram apresentadas diversas propostas para tentar solucioná-lo, porém sem uma conclusão definitiva. Há ainda certos entraves sobre estradas alternativas, que se fechadas, prejudicam os próprios moradores, pela dificuldade de acesso de viaturas de polícia e bombeiros.

Ainda foram registrados diversos relatos que demonstram os diferentes valores e interesses vinculados ao PESB, outra unidade de registro que apareceu com bastante frequência na leitura dos documentos, como o interesse de alguns atores locais em criar ou melhorar seus empreendimentos, para promover o turismo da região. Isso indica que está UC é um espaço onde coexistem diversas opiniões, visões e pretensões, que devem ser discutidos com os diferentes atores sociais envolvidos, a fim de tentar encontrar alternativas viáveis e compatíveis com os objetivos da UC, e ainda assim, garantir a participação social e o atendimento das demandas das comunidades locais.

Observou-se, também, que existe compreensão da realidade do parque tanto por parte da gestão como dos outros membros do conselho, unidade de registro também marcada frequentemente ao longo das reuniões, como constatado no Gráfico 2 e na Figura 3. O conhecimento por parte do Estado sobre a realidade política, econômica, social e cultural onde a área protegida está inserida é fundamental. Ressalta-se que estudos sobre as dinâmicas de poder dentro das comunidades locais (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007), assim como das características socioeconômicas, direitos, tradições e normas culturais (SOWMAN *et al.*, 2011), ajudam a evitar que ocorram novos conflitos causados pela própria gestão (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2007). Normalmente, uma dificuldade para a implementação bem sucedida de uma AP, é identificar e entrar em acordo sobre os objetivos para o local. Assim, faz-se necessário compreender o cenário em toda a sua complexidade, incluindo aspectos históricos, ecológicos, humanos e de governança

(SOWMAN *et al.*, 2011). Ressalta-se, então, que talvez o desafio seja trabalhar com aquilo percebido como problemáticas socioambientais locais, integrando os conhecimentos dos distintos atores sociais envolvidos nessa gestão.

4.2 DIÁLOGOS

Ocorreram conversas informais com a chefe do PESB e com uma socióloga e servidora de carreira da DUC do IAT, que participou como mediadora e apoiadora de algumas reuniões do conselho, para entender suas visões sobre a UC e compreender melhor o contexto histórico de criação deste espaço.

Em conversa com a socióloga, pude compreender que durante um tempo significativo as reuniões do CCPESB não eram providas de muita organização, havendo desordem e um clima bastante conturbado entre os conselheiros. Essa desorganização também explica o fato de não haver registro de reuniões do conselho desde quando esses encontros iniciaram, possivelmente explicitando o fato dos documentos anteriores a 11ª reunião não terem sido encontrados. A partir de 2015, a fim de melhorar a organização do CC e torná-lo mais paritário, algumas transformações e adaptações foram realizadas. Entre as mudanças, destaca-se a importância que se passou a dar para a coletividade, visto que antes o pensamento era muito mais individualista. Além disso, passou-se a dar maior relevância a participação com compromisso e a paridade do conselho, e um enfoque maior a ações destinadas a promover melhorias na UC por meio da elaboração do Regimento Interno do CCPESB e do Plano de Ação. Destacou-se a importância do desenvolvimento do Regimento Interno do conselho do parque em 2018 e do Plano de Ação, para definição clara e delineamento das ações que precisam ser realizadas no PESB e atribuições, assim como para estipular os prazos para cumprimento dessas atividades. Foram realizadas mudanças também em determinadas terminologias utilizadas nas reuniões, como exemplo, a alteração de “ata” para “memória” e de “pareceres” por “opiniões”, visando a simplicidade e maior coerência em relação ao que o CC representa.

Destaca-se, ainda, a partir da conversa com a servidora do DUC e com a chefe do PESB, que os principais conflitos dentro do CC estão vinculados aos entendimentos políticos divergentes entre governo estadual, municipal e sociedade civil, e a questão da regularização fundiária do PESB, a qual ainda não foi resolvida. Conversou-se também sobre a diversidade de expressões religiosas encontradas na

UC, e como isso ainda é percebido como motivador para relações conflituosas, quando, no entanto, poderia trazer possibilidades de uma maior compreensão sobre distintas relações ser humano-natureza, suas complexidades e os conflitos existentes pela criação de uma área protegida entendida politicamente como sendo de proteção integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos gestores das Unidades de Conservação são instrumentos de participação importantes, que devem possibilitar a discussão, negociação dos conflitos socioambientais, planejamento e sistematização de ações, envolvendo diferentes atores sociais e aspirando uma gestão que seja realmente participativa. A análise desses instrumentos é primordial, considerando que em algumas categorias, com destaque para as que fazem parte do grupo de Proteção Integral, existem dificuldades na efetivação dos conselhos como espaços verdadeiramente representativos.

Diante disso, a leitura, codificação, interpretação e discussão das atas e memórias das reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca constitui-se como um primeiro passo para entender as diferentes visões, valores, interesses e preocupações dos atores envolvidos com esta UC e sobre o processo de criação da área, auxiliando para a compreensão de como é diversificada a construção de conhecimentos relacionada. Como destacado neste trabalho, o chamado passo zero das UC é extremamente importante e está vinculado aos processos posteriores, ou seja, em como se dará o manejo local, gestão e mesmo como seguirão sendo as construções de conhecimento relacionadas à natureza e existência da área protegida. Neste sentido, a análise realizada demonstrou que muitos conflitos socioambientais existentes na UC possuem relação direta com o processo de criação do parque. Procurar compreender as distintas visões e opiniões dos atores envolvidos com o PESB, por meio da leitura de documentos secundários, e, portanto, sem o contato direto com essas pessoas, foi um desafio desta pesquisa, porém acredita-se que a análise foi minuciosa e revela-se como um passo importante para que o estudo sobre essa temática avance.

Trabalhos sobre essa temática são fundamentais para que se compreenda melhor como se dão as relações entre ser humano e natureza, e para que se pensem

em ações que possam resgatar este sentimento de pertencimento, contribuindo não apenas para a conservação das UC, mas sobretudo para que os valores históricos e culturais e as necessidades das comunidades locais sejam consideradas, e ocorra uma gestão verdadeiramente participativa nesses espaços. Ademais, a pesquisa tem o potencial de contribuir nos debates relativos ao passo zero e a percepção ambiental no PESB e em outras unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

AEN. Agência Estadual de Notícias. Secretaria de Estado da Comunicação do Paraná. **Visitas às Unidades de Conservação do Paraná crescem 98% no 1º quadrimestre**. Curitiba, 2023a.

Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Visitas-Unidades-de-Conservacao-do-Parana-crescem-98-no-1o-quadrimestre>>. Acesso em: 15 out. 2023.

AEN. Agência Estadual de Notícias. Secretaria de Estado da Comunicação do Paraná. **Serra da Baitaca será fechada para celebração da Missa da Paz**. Curitiba, 2023b.

Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Serra-da-Baitaca-sera-fechada-para-celebracao-da-Missa-da-Paz>>. Acesso em: 16 out. 2023.

ARRUDA, R. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente e Sociedade, n. 5, p. 79-92, Dez. 1999. DOI. 10.1590/S1414-753X1999000200007.

ARTAZA-BARRIOS, O.; SCHIAVETTI, A. **Análise da efetividade do manejo de duas áreas de proteção ambiental do litoral sul da Bahia**. Gestão Costeira Integrada, v. 7, n. 2, p. 117–128, 2007.

AXIMOFF, I.; RODRIGUES, R. de. C. **Histórico dos incêndios florestais no Parque Nacional do Itatiaia**. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 21, n.1, p. 83-92, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229 p., 2011.

BENNETT, N. J. **Using perceptions as evidence to improve conservation and environmental management**. Conservation Biology, v. 30, n. 3, p. 582–592, 2016. DOI. 10.1111/cobi.12681.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, 1961. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/545756/publicacao/15810138>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BUCHY, M.; HOVERMAN, S. *Understanding public participation in forest planning: a review*. **Forest Policy and Economics**, n. 1, p. 15-20. 2000.

CARNEIRO, G. **The Luiz Saldanha Marine Park: An Overview of Conflicting Perceptions**, *Conserv. Soc.* 9. p. 325–333. 2011. DOI:10.4103/0972-4923.92149.

CHUENPAGDEE, R.; JENTOFT, S. **Step zero for fisheries co-management: What precedes implementation**. *Marine Policy*, v. 31, n. 6, p. 657–668, 2007. DOI. 10.1016/j.marpol.2007.03.013

CHUENPAGDEE, R. *et al.* **Marine protected areas: Re-thinking their inception**. *Marine Policy*, v. 39, n. 1, p. 234–240, Mai. 2013. DOI.10.1016/j.marpol.2012.10.016.

COSTA, L. M. da. **A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional**. 2008. 398 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Rio de Janeiro, 2008.

DIEGUES, A. C. **Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 50, p. 116–126, Abr. 2019. DOI. 10.5380/dma.v50i0.66617.

FARIAS, D.S.E. de. **Programa de Prospeção Arqueológica Pré-Histórica e Histórica na área de expansão da rede de gás Compagás nos municípios de Pinhais, Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul – PR**. 2012.

FERNANDES-PINTO, E. **Sítios Naturais Sagrados do Brasil: Inspirações para o reencantamento das áreas protegidas**. 2017. 426 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Rio de Janeiro, 2017.

GIRALDI-COSTA, A. C.; MEDEIROS, R. P.; TIEPOLO, L. M. **Step zero of marine protected areas of Brazil**. *Marine Policy*, v. 120, p. 1–11, 2020. Elsevier Ltd. DOI. 10.1016/j.marpol.2020.104119.

GONZALEZ, C.; JENTOFT, S. **MPA in labor: Securing the Pearl Cays of Nicaragua**. *Environmental Management*, v. 47, n. 4, p. 617–629, 2011. DOI. 10.1007/s00267-010-9587-y.

HERMANN, G.; COSTA, C. **Programa de Gestão Participativa no Parque Nacional de Itatiaia**. *Cadernos FBDS 3 - O Parque Nacional do Itatiaia*. FUMBIO. Rio de Janeiro, p. 147-164. 2000. Disponível em: <<https://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-52.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quatro Barras, Paraná, Brasil. *História e Fotos*. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/quatro-barras/historico>>. Acesso em: 24 out. 2023.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA**. Brasília - DF, 48 p. 2011. Disponível em:

<<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/encea.html>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Arqueológico – PR**. 2014. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/658/>>. Acesso em: 09 out. 2023.

JENTOFT, S. **Institutions in fisheries**: what they are, what they do, and how they change. *Marine Policy*, v. 28, p. 137–149, 2004.

LEITE *et al.* **Nota sobre a nidificação e dieta do gavião tesoura (*Elanoides forficatus* Linnaeus, 1758; Accipitridae) no Morro Anhangava, Quatro Barras, PR**. Resumos do III Congresso de Ecologia do Brasil, 1996.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 283 p., 2001.

MEDEIROS, M. B. de.; FIEDLER, N. C. **Incêndios florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra**: desafios para a conservação da biodiversidade. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 157 - 168, 2004.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. 2007. Disponível

em:<https://antigo.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodiversidade31.pdf>.

Acesso em: 06 out. 2023.

MOREIRA, J. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá, até a emancipação da Província**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, representações e conflitos**: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-MG. Orientadora: Doralice Barros Pereira. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, L. de. **Percepção Ambiental**. *Geografia e Pesquisa*, v. 6, n. 2, p. 56–72, 2012.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 1.211 de 16 de setembro de 1953**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná, 1953. Disponível em:<legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=14834&indice=1&totalRegistros=1&dt=20.6.2022.17.39.6.562>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Programa Pró-Atlântica. **Levantamento e zoneamento arqueológico do Caminho do Itupava. Serra do Mar**. Curitiba, 2001.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 5.765 de 05 de junho de 2002**. Cria o Parque Estadual da Serra da Baitaca, 2002a. Disponível em:<https://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1048>.

Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Cultura do Paraná**. Coordenação do Patrimônio Cultural. Patrimônio Cultural - Bens tombados. Curitiba, 2002b. Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Normas-de-uso-do-Caminho-do-Itupava>>. Acesso em: 13 out. 2023.

PARANÁ. **Portaria IAP nº 159, de 11 de setembro de 2009**. Cria o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca. 2009. Disponível em: <https://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=2198>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca**. Instituto Ambiental do Paraná, Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. Curitiba: IAP/DIBAP, 2017. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Manejo-Parque-Estadual-da-Serra-da-Baitaca>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. **Portaria IAP nº 107, de 06 de junho de 2018**. Substitui a Portaria IAP nº 159, de 11 de setembro de 2009. 2018. Disponível em: <https://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=3888>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PARANÁ. **Portaria IAT nº 255, de 22 de maio de 2023**. Institui critérios para Conselhos Consultivos e Deliberativos de Unidades de Conservação Estaduais. 2023. Disponível em: <https://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=5823>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, 2010.

PIRES, P. de T. de L.; ZENI JUNIOR, D. M.; GAULKE, D. **As Unidades de Conservação e a Floresta Ombrófila Mista no Estado do Paraná**. Ciência Florestal, v. 22, n. 3, p. 589–603, 2012. ISSN. 0103-9954.

PRINTES, R. C. **Atire a primeira pedra quem nunca pescou! Em: Educação ambiental: vários olhares e várias práticas**. KINDEL, A. I. E.; SILVA, F. W. & SAMMARCO, Y. M. (Orgs.), Porto Alegre: Mediação, 2004.

QUADROS, J. *et al.* **Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange**. Sustentabilidade em Debate – Brasília, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.

RODERJAN, C. V.; STRUMINSKI, E. **Serra da Baitaca: caracterização e proposta de manejo**. Curitiba: FUPEF/FBPN, 1992. 117 p. Relatório técnico.

SAMMARCO, Y. M. **Percepções sócio-ambientais em unidades de conservação: o Jardim de Lilith?**. Orientador: Armando Borges. 210 f. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2005.

SANTOS, M. A. P. dos. **A percepção ambiental como ferramenta estratégica de gestão em Unidades de Conservação**. Revista Eletrônica de Uso Público em Unidades de Conservação. Universidade Federal Fluminense, v. 8, n. 13, p. 42–50, 2020. DOI. 10.47977/2318-2148.2020.v8n13p42.

SANTOS-PEREIRA, M.; POMBAL Jr., J. P.; ROCHA, C. F. D. **Anuran amphibians in state of Paraná, southern Brazil**. Biota Neotropica, v. 18, n. 3, 2018.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 317–322, 2005.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de Conservação: aspectos e sua evolução. In: COBRAC – Congresso Brasileiro do Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, P. A. da. Instrumentos de participação da sociedade civil nas unidades de conservação no Brasil: a criação de conselhos consultivos e os planos de manejo. Uso Público em Unidades de Conservação, Niterói, 2013. **Anais...** v. 1, n. 1. Niterói, 2013. p.1-12.

SILVA, M. M. da. *et al.* **Unidades de Conservação e Comunidades Locais: gestão de conflitos e instrumentos de participação**. Revista Estudo e Debate, Lajeado, v. 24, n. 3, p. 208–218, 2017.

SILVA, M. D. da. **Framework analítico de governanças em áreas marinhas protegidas: abordagens teórica e empírica**. Orientador: Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós- Graduação em Tecnologia e Sociedade, 2019.
Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/4253>>.

SOARES, R.V.; SANTOS, J.F. **Perfil dos incêndios florestais no Brasil de 1994 a 1997**. Revista Floresta, v. 32, n.2, p. 219-232, 2002.

SOUZA, L. R. C. de.; MILANEZ, B. **Comunidades e unidades de conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do Caparaó**. Caminhos da Geografia, v. 20, n. 69, p. 403–420, Mar. 2019. DOI.10.14393/RCG206941421.

SOWMAN, M. *et al.* **Marine Protected Area Management in South Africa: New Policies, Old Paradigms**. Environmental Management, v. 47, p. 573–583, 2011.

STRUMINSKI, E. **Dossiê Baitaca**. Documento Preliminar. Curitiba, 2007.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. de. **Unidades de conservação no brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa**. Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 6, n. 3, p. 508–523, 2014.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. **O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil**. Perspectiva, v. 34, n. 125, p. 17–28, mar. 2010.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. **Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação**. Política e Sociedade, n. 7, p. 139–162, out. 2005.

VOSGERAU, J.L. *et al.* **Avaliação dos Registros de Incêndios Florestais do Estado do Paraná no Período de 1991 a 2001**. Revista Floresta, v. 36, n.1, p. 23 - 32, 2006.